

# PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Paulo José de Santana  
Ana Maria Dubeux Gervais  
Luciano Pires de Andrade  
José Nunes da Silva

Gravatá, Junho de 2026



## **AUTORES**

Paulo José de Santana  
Ana Maria Dubeux Gervais  
Luciano Pires De Andrade  
José Nunes da Silva

## **REVISÃO**

Paulo José de Santana  
Ana Maria Dubeux Gervais

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Clara Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Plano municipal de agroecologia e produção  
orgânica de Bonito - PE / Paulo José de  
Santana...[et al.]. -- Gravatá, PE :  
Instituto Abdalaziz de Moura, 2026.

Outros autores: Ana Maria Dubeux Gervais,  
Luciano Pires de Andrade, José Nunes da Silva.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-976019-1-2

1. Agroecologia 2. Educação 3. Meio ambiente  
4. Políticas públicas 5. Território I. Santana,  
Paulo José de. II. Gervais, Ana Maria Dubeux.  
III. Andrade, Luciano Pires de. IV. Silva, José  
Nunes da.

26-363927.0

CDD-379

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação e política 379

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL - PPGADT  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE**

**COLABORADORES INSTITUCIONAIS NO TERRITÓRIO**

---

Associação de Produtores e Produtoras Vida Agroecológica  
Câmara Municipal de Vereadores de Bonito  
Coletivo Aimirim  
Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg-PE)  
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco  
(CDRS/PE)  
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito  
Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa  
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP)  
Instituto Abdalaziz de Moura (IAM)  
Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)  
Mercado da Vida - Bonito Sustentável  
Movimento Camponês Popular (MCP)  
Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFRPE)  
Prefeitura Municipal de Bonito  
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial  
(PPGADT/UFRPE)  
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Inclusão e Direitos Humanos  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Sustentabilidade  
Secretaria Municipal de Saúde  
Secretaria Municipal de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito (STR)

Dedicamos essa construção ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelo compromisso social com a construção de estratégias coletivas voltadas à transição agroecológica nos territórios. Aos gestores municipais, ao poder legislativo, coletivos e às organizações da sociedade civil atuantes em Bonito, pela participação e dedicação às atividades de pesquisa-ação. E as gerações de famílias camponesas que, diariamente, desfrutam da agricultura e das diversas formas de construir conhecimentos populares, valores e crenças, que anunciam a Agroecologia como ciência da vida.

# SUMÁRIO

10	APRESENTAÇÃO
12	O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE BONITO
12	Bonito e as características do seu território
17	O DIAGNÓSTICO A PARTIR DA REALIDADE DO TERRITÓRIO
18	Educação e meio ambiente
20	Consumo consciente e Agroecologia
22	Agricultura e Meio Ambiente
25	Turismo, Economia e Meio Ambiente
28	Saúde, alimentação saudável e Meio Ambiente
31	A METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO
37	O processo de construção da política municipal em Agroecologia e produção orgânica em Bonito
41	O processo de construção do plano municipal em Agroecologia e produção orgânica em Bonito
42	OS EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES DO PLANO
43	EIXO I: Educação e construção do conhecimento agroecológico
44	EIXO II: Transição ecológica, produção, comercialização e consumo
46	EIXO III: Turismo e lazer de base agroecológica
47	EIXO IV: Saúde, Inclusão Social e Agroecologia
48	EIXO V: Meio Ambiente e Agroecologia
49	O MONITORAMENTO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
49	A constituição das comissões de planejamento e monitoramento
52	Os espaços coletivos de planejamento e monitoramento
53	O roteiro de avaliação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica
55	CONSIDERAÇÕES
57	REFERÊNCIAS
61	ANEXO
61	ANEXO I: Relação das associações rurais de Bonito
63	ANEXO II: Relação das escolas da rede pública de Bonito
65	ANEXO III: Lei Nº 1.258 de 26 de agosto de 2021. Dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito.
67	ANEXO IV: Lei Nº 1.257 de 07 de julho de 2021. Dispõe sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito

# PREFÁCIO

Desde criança escuto as pessoas dizerem que “não precisa inventar a roda”. Isso porque ela já foi inventada inúmeras vezes, em épocas antigas. Inventar a roda pode ser bom para quem faz muita questão de começar algo bem do início, repetir todas as etapas de uma ação, correr todos os riscos, sofrer todos os percalços, passar pelo que os demais passaram. Acontece que muitos projetos, programas e políticas têm financiamento muito limitado no tempo: um ano, dois, três ou a duração de um mandato na gestão.

Um trabalho de Construção de Política Pública no desenvolvimento de um Território, de uma Comunidade, sendo bem-feito exige muito tempo, muita pesquisa, muito planejamento, mais de ano! Quando está sendo concluído já está próximo de terminar o primeiro ano! Vai faltando tempo para as últimas etapas, que são ainda mais exigentes! Vai exigir avaliação, sistematização e o tempo fica restrito e o dinheiro fica pouco; termina se prejudicando nas etapas finais, cansando as pessoas, que participaram no início.

Esse tempo pode ser poupado porque a roda já foi inventada. Não convém perder tempo em repetir esta invenção. Tem muita coisa ainda que se fazer com a roda: descobrir mais funções, rodar com mais facilidade, com mais segurança, fazer com material mais resistente, colocar tração e força...

Esse Produto Técnico é resultado do estudo de tese realizado no período de 2019 a 2023, por meio do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), teve um enfoque interdisciplinar, apoiando-se na Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), abre uma série de outras publicações no Instituto Abdalaziz de Moura. Representa uma roda já evoluída para quem pretende atuar neste campo.

Quem quiser pensar Política Pública de Agroecologia de um território ou de um município já pode dispor deste Produto do Dr. Paulo José Santana. Com as Diretrizes desta política, já fundamentada na Política Nacional e Estadual ele liderou a construção do Plano Municipal de Agroecologia de Bonito. Coordenou o processo metodológico com a orientação e apoio dos professores orientadores Dra. Ana Dubeux, Dr. Luciano Pires e Dr. José Nunes na construção da Política Municipal de Agroecologia de Bonito, no Agreste de Pernambuco. Que integrou nos debates públicos a participação ativa de agricultores/as, organizações da sociedade civil, poder legislativo, gestão pública e instituições de ensino, pesquisa e extensão, que colaboraram no delineamento de estratégias importantes para a transição agroecológica que materializou a construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no município.

Esse produto, compartilhado pelo Instituto Abdalaziz de Moura por ocasião do seu sexto aniversário explicita a sua missão de “CONTRIBUIR PARA A EMANCIPAÇÃO DAS PESSOAS E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS POR MEIO DA PEDAGOGIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PEADS)” e sua visão de futuro “FAZER DA PEADS UMA REFERÊNCIA NACIONAL EM EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA, INSPIRANDO REDES, MOVIMENTOS POPULARES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL”.

Esta Pedagogia é uma autoria, uma síntese e uma culminância de 57 anos de atuação profissional na Educação Popular de Abdalaziz de Moura Xavier de Moraes, atualmente com 83 anos, que o Dr. Paulo José de Santana apresenta na sua tese “AÇÃO COLETIVA E AGROECOLOGIA: os caminhos da mobilização social para a construção de uma política pública municipal em Bonito/PE”, que em breve ganhará amplitude com a publicação do Livro “Caminhos da Ação Coletiva na Construção de Políticas Públicas de Agroecologia” foi um estudo muito bem avaliado e rigorosamente cobrado pelos seus orientadores/as e a banca avaliadora.

A UFRPE acaba de reconhecer a importância da trajetória deste autor, no campo da Educação que aprovou a concessão do Título Honorífico de Doutor Honoris Causa, abrindo um caminho para que a Peads seja cada vez mais estudada na Academia, como uma REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA. Título que compartilho com todos e todas que comigo fizeram e fazem parte desta história.

Agora, o leitor pode dispor de uma experiência pioneira no estado de Pernambuco que deixa como legado, a inspiração metodológica e de aprendizagens coletivas com base na Peads para os demais municípios que também avançam na direção da construção da agroecologia como política pública municipal.

**Abdalaziz de Moura**

Conselheiro do Instituto Abdalaziz de Moura

# APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO) é parte executiva da Prefeitura Municipal de Bonito, no âmbito das Secretarias municipais de (1) Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; (2) Planejamento, Meio Ambiente e Sustentabilidade; (3) Educação e Cultura; (4) Desenvolvimento Social, Inclusão e Direitos Humanos; (5) Turismo, Juventude, Esporte e Lazer; e (5) Secretaria de Saúde. Foi construído a partir do esforço mútuo da ação coletiva dos agricultores (as) camponeses (as), organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo, entes públicos e privados, tendo como questão orientadora o processo de discussão pública do PLAMAPO: “Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersetoriais de agricultura, economia, meio ambiente, educação, cultura, saúde, turismo, assistência social e infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável?”.

Apoiaram esta construção a Câmara Municipal de Vereadores, a Associação de Agricultores/as Vida Agroecológica; o Coletivo Aimirim; o Movimento Camponês Popular (MCP); o Mercado da Vida; o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (UFRPE); a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBA-COOP); o Programa de Pós-graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); a Rede de estudantes e egressos da Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); o Instituto Abdalaziz de Moura (IAM); o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de Pernambuco (CDRS/PE); o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito; o Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Bonito (STR); a Comissão Estadual de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg/PE).

Nesse sentido este Plano é resposta às deliberações da primeira Audiência Pública de Bonito, realizada em 29 de julho de 2020 com o objetivo de discutir a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. Da segunda Audiência Pública, realizada em 02 de junho de 2021, com o objetivo de discutir os avanços do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. E da Lei nº 1.257, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

Foi desenvolvido como produto de tese no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pelo doutorando Paulo Santana, sobre a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Dubeux Gervais; Prof. Dr. Luciano Pires de Andrade e Prof. Dr. José Nunes da Silva. O estudo de tese realizado no período de 2019 a 20231, apoiando-se na Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), (MOURA, 2003), a qual colaborou com a construção metodológica e social dos objetivos estratégicos e das ações estabelecidas neste Plano, que prezou pela participação coletiva com o engajamento nas atividades dos diversos atores e organizações do território.

No conjunto das ações foram desenvolvidas duas Audiências Públicas e cinco Seminários de Sensibilização e Formação durante o período de 2020 a 2022, que reuniu grupos de gestoras (es) e coordenadoras (es) pedagógicos da rede pública de ensino, agricultores (as) agroecológicos, consumidores do mercado da vida, agricultores (as) e lideranças de associações rurais, organizações de turismo, profissionais da saúde e da assistência social e Secretários (as) municipais de Bonito.

Neste sentido, Bonito dá os primeiros passos no Estado de Pernambuco na construção de sua política pública municipal de agroecologia e produção orgânica, tornando-se o primeiro município a construir diferentes estratégias, necessárias ao processo de transição agroecológica, impulsionado pela ação coletiva na incidência política de atores sociais, organizações públicas e privadas presentes no território.

Este contexto local, reflete no território a ampliação da pauta da agroecologia, aliando-se a construção da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil, 2012) e da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Pernambuco (Pernambuco, 2021).

Convém destacar que este Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica integra o município de Bonito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

lançados em 2015, na 70<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, no âmbito das metas a serem realizadas até 2030, a partir do Pacto Global e da agenda universal sobre os direitos da natureza.

No sentido de contribuir com esse pacto, este Plano, dialoga com seis dos 17 ODS, dos quais podemos citar: (02) Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. (04) Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. (06) Água limpa e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. (11) Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. E (12) Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Por fim, Bonito como território em processo de transição agroecológica, dá um importante passo, por meio da ação coletiva construindo em seu território prioridades para curto, médio e longo prazo, vislumbrando territorializar a agroecologia como matriz de impulso ao desenvolvimento do territorial, como referência de inspiração aos demais municípios do Estado de Pernambuco que desejam avançar nesta direção.

<sup>1</sup> Durante esta construção as atividades seguiram todos os protocolos de segurança frente à pandemia da Covid-19, mediante as orientações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades estadual e municipal de saúde.

# O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE BONITO

## BONITO E AS CARACTERÍSTICAS DE SEU TERRITÓRIO

O município de Bonito, localizado na região do agreste, interior do Estado de Pernambuco, está situado a aproximadamente 140 km da capital, conforme figura abaixo.

Figura 1: Mapa de localização do município de Bonito no estado de Pernambuco



Fonte: Adaptado de IBGE Cidades (2021).

Situado em zona de transição entre a Mata Atlântica e o Bioma Caatinga, o território de Bonito é dividido por distintas áreas e características produtivas com a presença de brejos de altitude. Por um lado, exige habilidades agrícolas para o manejo em altitude e com elevada precipitação de chuvas em alguns períodos do ano. E do outro lado, demanda a necessidade de manejo com uso de práticas de convivência com a dinâmica agrícola em áreas semiáridas durante todo o ano.

A beleza da biodiversidade vegetal e a riqueza dos recursos hídricos presentes nas cachoeiras, desperta na população do Estado, um turismo predatório, o qual demanda um processo de educação ecológico, integrado e sistemático, que assegure a minimização dos impactos, promovendo uma consciência ecológica sobre a importância da preservação e recuperação das áreas degradadas.

O município é caracterizado pelo cultivo agrícola de banana, inhame e hortaliças, o qual ainda se faz presente o uso de agrotóxico e de queimadas durante o manejo, o que representa contraste que vai de encontro ao processo de transição agroecológica em curso.

O território também apresenta como diferencial dos demais municípios do Estado de Pernambuco, a existência de três Unidades Municipais de Conservação, apesar de duas Unidades terem construído seus planos de manejo, na prática apresentam dificuldade de gestão, pela ausência de aporte financeiro das três esferas de governo para assegurar efetivamente o monitoramento e fiscalização deste patrimônio natural. Vale salientar que o município sozinho dificilmente terá condições suficientes para assegurar esta proteção e que seria necessária maior colaboração com o estado e a união, em diálogo com a população do território. Conta ainda com uma unidade militar do Corpo de Bombeiro que dar prontidão nos serviços de ocorrências de queimadas, quando denunciadas pela população.

Sobre a organização política-administrativa, Bonito foi emancipado no ano de 1839. É composto por uma área territorial de 480 km<sup>2</sup>, uma altitude que varia entre 445 e 900 metros, acima do nível do mar, e apresenta um clima quente e úmido, além de apontar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,591 (IBGE, 2010).

A população de Bonito é formada por um contingente de 37.566 mil habitantes, do qual 69,8% da população está concentrada no meio urbano e 30,2% da população no meio rural. Destaca-se ainda na composição populacional o percentual de 50,6% de mulheres (IBGE, censo 2010).

Nas características agrárias do território, Bonito apresenta uma estrutura de seis assentamentos da reforma agrária registrada pelo Instituto de Terra e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE), que acolhe 97 famílias em uma área de cerca de 924 ha.

Tabela - Unidades produtivas, cédula da terra e crédito fundiário em Bonito.

Assentamento/ Associação	Imóvel	Área/ha	Capacidade de Famílias	Nº de Famílias Assentadas	
				Tituladas	Não Tituladas
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Mucuri	Fazenda Dois Braços	66,44	9	9	-
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Serra dos Ventos	Fazenda Serra dos Ventos	292,61	20	20	-
Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento do Povoado da Pedra do Rodeador	Fazenda Rodeador	44,50	6	6	-
Associação dos Moradores do Engenho Barbosa	Engenho Santa Alice	223,3	30	30	-
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Jussara	Fazenda Pratinha	102,86	10	10	-
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Sol Nascente	Fazenda Sol Nascente	194,57	22	-	22
TOTAL		924,28	97	75	22

Fonte: ITERPE, 2022.

<sup>(1)</sup> Unidade de Conservação Reserva Biológica da Mata da Chuva, <sup>(2)</sup> Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Pedra do Rosário (BONITO, <sup>2011</sup>) e <sup>(3)</sup> Unidade de Conservação Parque Natural Matas do Mucuri-Hymalaia (BONITO, <sup>2010</sup>).

Analisando os assentamentos da reforma agrária registrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Bonito, identificamos três assentamentos de jurisdição federal.

Segundo dados da Superintendência Regional do INCRA (2022), em Pernambuco os três projetos de assentamentos têm capacidade para 232 (duzentas e trinta e duas) famílias, distribuídas em uma área de cerca de 2.588,5 ha.

Tabela - Famílias assentadas nos projetos de reforma agrária em Bonito.

Assentamento/ Associação	Área/ha	Capacidade de Famílias	Nº de Famílias Assentadas	
			Tituladas	Não Tituladas
PE 0049000 PA Barra Azul	859,7262	68	0	68
PE 0064000 PA Serra dos Quilombos	893,3000	70	0	67
PE 0119000 PA Richão	835,5000	98	0	97
<b>TOTAL</b>	<b>2.588,5262</b>	<b>236</b>	<b>0</b>	<b>232</b>

Fonte: INCRA, 2022.

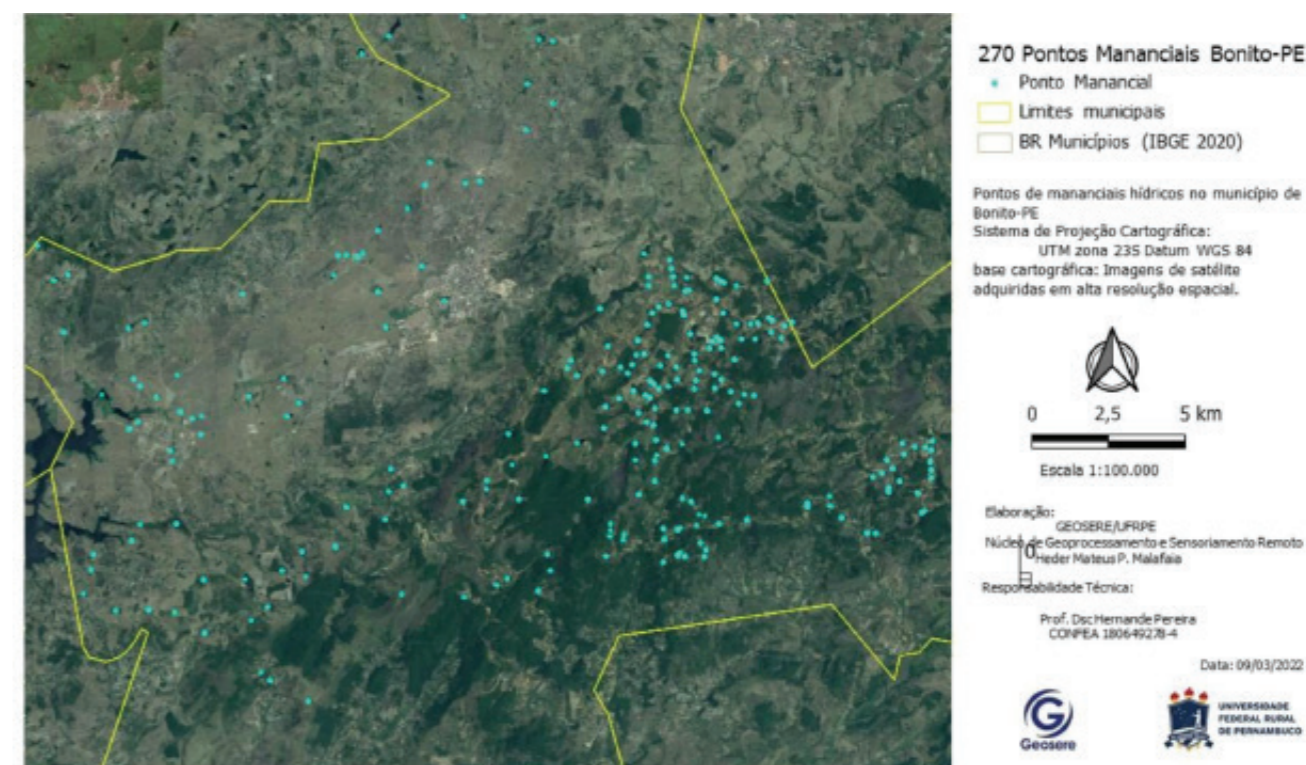
Os dados também indicam que esses assentamentos ainda dependem de uma ação conjunta que possa impulsionar a regularização e a entrega dos títulos de posse às famílias agricultoras assentadas, pois ainda não há famílias com título de posse.

O município de acordo com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito apresenta um universo de 48 (quarenta e oito) associações rurais, (Anexo I). (Dados CMDRS, julho de 2021). Com relação ao registro dos/as agricultores e agricultoras na Declaração de Aptidão ao Programa de Apoio à Agricultura Familiar (DAP), no município registra-se 4.432 (quatro mil quatrocentos e trinta e dois), unidades cadastradas, desse número, segundo o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), 2.740 (dois mil setecentos e quarenta) registros estão inativos – suspenso ou com validade vencida. (Dados do IPA, junho de 2021).

No campo do turismo, o município apresenta uma riqueza no potencial hídrico de aproximadamente 270 (duzentos e setenta) nascentes, o qual diferencial dos demais municípios da região (dados Geosere/UFRPE, outubro de 2009).

<sup>3</sup>Número com base nas organizações credenciadas que operacionalizam a emissão da DAP no município de Bonito. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito - STR, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF e o Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA).

Figura 1: Mapeamento dos pontos de mananciais hídricos de Bonito



Fonte: Geosere/UFRPE, março de 2022.

Destaca-se ainda no território, sete cachoeiras das mais conhecidas<sup>4</sup>, uma rede de 23 (vinte e três) pousadas e hotéis, 17 (dezesete) espaços que ofertam serviços e lazer (Cachoeiras, piscinas, teleférico, passeio de balão, etc), uma rede de 59 (cinquenta e nove) restaurantes, lanchonetes, bares e similares. Além do universo de 16 (dezesesseis) serviços de delivery (pizzaria e similares) há uma Associação de Guias Turísticos locais, profissionais credenciados que atuam como guia nos diversos itinerários turísticos do município. (Dados da Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer, outubro 2021).

Esse conjunto de iniciativas de apoio ao turismo em Bonito, alerta no processo de transição agroecológica, no qual aponta demanda para a produção e consumo de alimentos de base agroecológica pelos agricultores e agricultoras familiares do município. Assim como também requer das secretarias municipais e da gestão pública um plano de sensibilização mais amplo sobre os benefícios ecológicos, sociais e ambientais as populações que fazem uso dos serviços de turístico do município.

Na estrutura da educação pública, o município é composto por uma rede de 32 (trinta e duas) escolas municipais, das quais 12 (doze) são urbanas e 20 (vinte) são rurais. As quais reúnem 5.947 (cinco mil novecentos e quarenta e sete) estudantes. Além de três escolas estaduais, que reúnem 1.954 (mil novecentos e cinquenta e quatro) estudantes e quatro escolas privadas, conforme a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bonito, (Anexo II). (Dados da Secretaria de Educação de Bonito, julho de 2021).

<sup>4</sup>Cachoeira Véu de Noiva I, Véu de Noiva II, Pedra Redonda, Paraíso, Barra Azul, Camping Mágico e Corrente/Ecoparque.

Observa-se que o universo das escolas e a quantidade de estudantes da rede pública de ensino de Bonito pode ser um dispositivo de impulso ao processo de transição agroecológica do município, podendo oferecer um amplo processo de sensibilização dos discentes e seus familiares, apoiando na construção do conhecimento agroecológico, na contratação e oferta de alimentos da agricultura familiar com programas específicos e na formação política nas dimensões autogestionárias das comunidades para produção, comercialização e consumo responsável, em harmonia com a preservação ambiental do município.

## O DIAGNÓSTICO A PARTIR DA REALIDADE DO TERRITÓRIO

Para a construção do PLANAPO, optamos pela realização de cinco seminários de sensibilização e formação que também tinha o objetivo de colher propostas para a construção preliminar do plano. Este passo foi importante pois a população em geral, não conhecia o debate da agroecologia e como este se vincula com todas os temas que se preocupam com a conservação e restauração do meio ambiente. Foram eles:

TEMÁTICA	PÚBLICO
Educação e Meio Ambiente	Gestoras (es) e Coordenadoras (es) pedagógicas da rede pública de ensino de Bonito e Agroecologia
Saúde, alimentação Saudável e Meio Ambiente	Agentes da Saúde e da Assistência Social e Agroecologia
Agricultura e Meio Ambiente	Representações e Agricultores (as) de associações rurais e Agroecologia
Consumo Consciente e Agroecologia	Agricultores(as) agroecológicos e consumidores do Mercado da Vida
Turismo, Economia e Meio Ambiente	Agentes de Turismo e Agroecologia

Fonte: Os autores, 2023.

OBS: No último seminário, foram mobilizados diferentes atores econômicos do município, mas a participação principal foram aqueles vinculados ao turismo (agentes de turismo).

Nos seminários, foi possível realizar um diagnóstico prévio, que caracterizou a base para construção das diretrizes das ações construídas neste Plano de Agroecologia e Produção Orgânica.

# EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado em 19 de agosto de 2021, na sede da AABB de Bonito, facilitado pelo prof. Paulo Santana e o prof. Abdalaziz de Moura com o apoio da Secretaria de Educação de Bonito. As discussões apontaram 28 (vinte e oito) diagnósticos como propostas de ação, as quais alertavam para a necessidade da inserção da agroecologia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da rede pública municipal de ensino no território de Bonito. Observou-se que o universo das escolas e a quantidade de estudantes da rede pública de ensino de Bonito pode ser um dispositivo de impulso ao processo de transição agroecológica no município, em vista o número de discentes e o corpo docente que atua na rede pública.

Na medida em que essa dimensão torna currículo, pode-se favorecer um amplo processo de sensibilização dos docentes, discentes e seus familiares, e de forma gradual apoia a territorialização da Agroecologia com a construção de conhecimentos agroecológicos.

As problemáticas identificadas pelos participantes também refletiram a necessidade da reeducação alimentar, produção de alimentos de base comunitária, construção de conhecimento agroecológicos e a presença de agrotóxico na produção como questões essenciais que devem ser prioridade na elaboração do PLAMAPO.

## Foram questões apontadas pelos participantes:

- a) Necessidade de desenvolver no município um estilo de vida que apoie na saúde das pessoas e do solo (mãe terra);
- b) Cultura alimentar a partir da escola: ensinar como a escola pode produzir alimentos para que aquele conhecimento seja replicado na casa dos estudantes?
- c) Levar conhecimento para os familiares: como a escola pode fazer pesquisa ou trabalhar conhecimentos que valorizem e envolvam os familiares, tornando-os parte da construção do conhecimento?
- d) Valorização da agricultura orgânica: comida saudável para o consumidor e valorização financeira do trabalho das famílias, sendo sensibilizado pela escola;
- e) Reciclagem e compostagem para criar esterco e adubo orgânico, como a escola poderia apoiar nesta dimensão, como currículo na prática escola;
- f) Círculo de sustentabilidade. Como a escola poderia estimular aos estudantes e seus familiares a produzirem o necessário para não precisar comprar de fora, gerando um equilíbrio econômico para as famílias rurais;
- g) Sementes crioulas: valorização e cultivo por meio de práticas curriculares nas escolas;
- h) Resistência ao não uso de agrotóxicos: demonstrar às crianças que é possível produzir sem veneno e de forma lucrativa, trabalhando nas escolas;
- i) Estimular o consumo local e natural: forma de incentivar, a partir das crianças (ponte/elo), os produtores locais e repensar o consumo nas escolas (evitar alimentos industrializados);
- j) Conscientização dos estudantes por meio do desenvolvimento de práticas pelos professores (capacitação com visitas técnicas), com o apoio de parcerias com outras secretarias, e promoção de palestras e eventos sobre agroecológicos;

- k) Distribuição e armazenamento de sementes crioulas (ex. Feira de troca/distribuição de sementes e aulas sobre armazenamento);
- l) Resgates de práticas ancestrais, culturais e artísticas (ex. Casas de farinha, hortas comunitárias e compostagem, agricultura de base ecológica);
- m) Fortalecer as parcerias intersetoriais com as demais secretarias municipais de bonito, para somar na construção da agroecologia nas escolas;
- n) Compostagem de resíduo escolar: promover a redução do resíduo que seria descartado e dar nova utilidade (adubo ou alimentação animal), podendo expandir para os resíduos orgânicos de toda administração pública;
- o) Conscientização campo x escola x campo: processos de formação para estimular os/as professores/as atuarem com a ideia da agroecologia;
- p) Necessidade de articulação família x escola: por meio da criação de núcleos de convivência da escola, família, amigos, igreja, etc.;
- q) Ações na pré-escola: iniciar a conscientização desde crianças sobre a agroecologia. Pois as crianças costumam ter maior impacto (poder de convencimento) em casa por serem insistentes “pentelhas”. E que podem somar na afirmação da agroecologia;
- r) Uso de ecotecnologias: fazer registros de audiovisual de depoimentos e atividades dos agricultores (realidade) para passar nas escolas ou em parceria com os estudantes e professores/as. A ação visa levar os/as agricultores/as e suas práticas para dentro das escolas;
- s) Resgate de parcerias: mobilizar agentes, organizações, secretarias municipais para promoção de bonito saudável;
- t) Levar os/as agricultores/as para escola: articular intercâmbios de saberes com palestras dos agricultores/as nas escolas e visitas dos estudantes as propriedades rurais;
- u) Ações comparativas (com veneno x sem veneno): promover ações de comparação de produtos agroecológicos x com veneno para sensibilizar das diferenças e impactos de um e outro;

- v) Ações conjuntas com espaços públicos, buscar parcerias com as instâncias nacionais e estaduais para promover a agroecologia no município;
- w) Ampliar ações de fiscalização/acompanhamento de produtores/as: ampliar e promover ações de articulação, fiscalização, acompanhamento (inclusive técnico) com agricultores (as);
- x) Através da sensibilização (conscientização) e desconstrução do conceito de que o alimento orgânico é caro: “a agroecologia não é só alimento sem veneno, é muito mais! É amor, respeito, saúde, amor ao próximo, é sociedade saudável!” Como a escola pode ajudar no processo? O ideal não é conscientizar e sim sensibilizar (sensibilizar é sentir, é íntimo), ampliar o olhar;
- y) Alinhar o conhecimento científico, teórico e prático da agroecologia e produção orgânica;
- z) Ofertar através da arte, teatro, dança, jogos, mamulengos, etc. A importância do consumo consciente e de uma vida mais sustentável: tratar com arte, arte vem para agregar sentido. Com arte também se ensina.

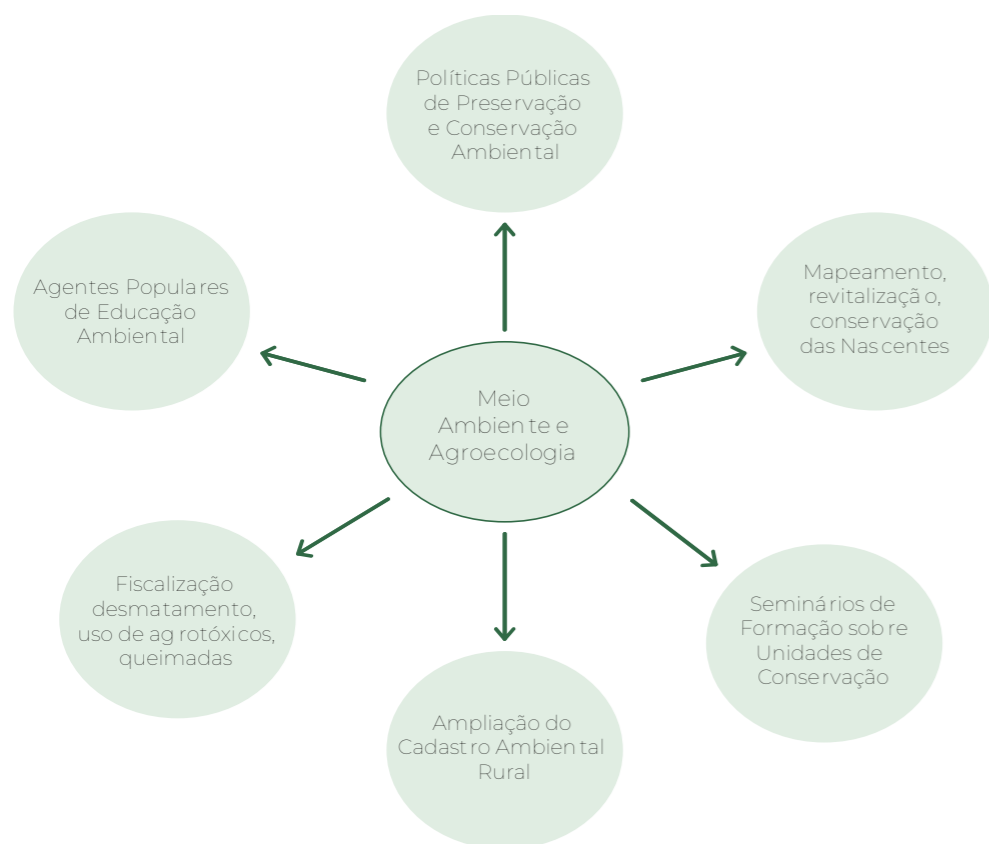
Para continuidade, acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal a partir deste encontro foi formada uma comissão com representação das escolas: Maria de Fátima (Bahia), Maria Jéssica da conceição, Luciane, Luzia, Roseane e Avani.

Participaram deste Seminário, 39 pessoas, das quais destacam-se que em sua maioria as gestoras/es, supervisoras/es e coordenadoras/es no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura a qual representavam 80% da rede de escolas públicas de Bonito, agricultores agroecológicos do mercado da vida, militantes do movimento sem terra (espaço feminista do MST), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Bonito, Associação Vida Agroecológica, consumidores do Mercado da Vida, estudantes e egressos de Agroecologia da Escola do Serta, professores do Serta, do Instituto Abdalaziz de Moura e do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE.

Assim como também participaram o Secretário de Agricultura (José Marcos), o Secretário de desenvolvimento (José Pinheiro), a Diretoria de Educação (Prof. Vânia Carla) e a representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Prof. Mireli Silva).

## CONSUMO CONSCIENTE E AGROECOLOGIA

Neste Seminário, o Objetivo Estratégico estabelecido no plano foi: Desenvolver um processo de construção do conhecimento agroecológico, por meio de formação continuada junto às escolas públicas e comunidades do território de Bonito. O diagrama a seguir explicita as estratégias propostas no processo de construção.



Fonte: Os autores (2026).

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado no dia 27 de setembro de 2021, na sede da AABB de Bonito. As discussões foram facilitadas pelo professor pesquisador Paulo Santana (PPGADT/UFRPE) e do Secretário de Agricultura Marquinho da Garagem. O debate foi orientado pela seguinte questão orientadora: “Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersetoriais de agricultura, meio ambiente, educação, cultura, saúde, assistência social e infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável?”.

O Seminário contou com a participação de 33 pessoas, dentre eles representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Associação Vida Agroecológica; Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); FETAPE (Meio Ambiente); Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO); Mercado da Vida; Câmara Municipal de Vereadores; Movimento Camponês Popular (MCP); Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); estudantes e egressos do Curso Técnico em Agroecologia do SERTA, consumidores do Mercado da Vida, além de representantes da sociedade civil.

As propostas construídas alertaram para a urgência no enfrentamento das problemáticas e no comprometimento dos gestores municipais com as estratégias de implementação do PLAMAPO frente à utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o desmatamento e as queimadas que provocam a perda na biodiversidade animal e vegetal. Também foi apontado como também provoca aumento do êxodo rural e ocupação desordenada do território urbano, além da necessidade de maior ampliação da consciência ecológica, estudos e pesquisas que fomentem estratégias para reduzir danos socioambientais no território.

### Foram questões apontadas pelos participantes:

- Necessidade de ampliar no território os conhecimentos sobre agroecologia, por meio de ações na rede de educação básica (sensibilização e formação que eleve o maior número de estudantes ao conhecimento da agroecologia);
- Diante da problemática do lixo no município, implementar iniciativas para o tratamento dos resíduos sólidos;
- Ampliar a compra de alimentos pelo Programa de Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica);
- Investir na propaganda, desmistificando a agroecologia e produção orgânica – O que é agroecologia e a importância da alimentação orgânica para a população (comunicação por

meio dos veículos e redes sociais que circulam no município);

e) Implantação de Núcleos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER municipal de agroecologia, com foco na transição agroecológica das associações rurais;

f) Revitalização do Pátio da Feira com tratamento da água do rio que passa no entorno em esgoto céu aberto;

g) Sensibilização do público por meio de atividades educativas do público em geral e também para professores, pais, alunos e servidores na rede de escolas de Bonito;

h) Sensibilização e articulação das lideranças religiosas para alcançar um maior número de pessoas por meio das atividades religiosas;

i) Instalação de um ponto de sensibilização do Mercado da Vida no pátio da feira para não só divulgar a sua existência e importância de uma vida mais saudável por meio da alimentação e da agroecologia;

j) Utilizar do espaço das rádios para divulgar o Plano de Agroecologia;

k) Necessidade da oferta de alimentos a população de Bonito, por meio da implementação de circuitos curtos de comercialização de feitas orgânicas nas comunidades e bairros de Bonito: COHAB, Frei Damião, Cachoeira, Morena, Sapucaia, Boa Vista, Mutirão, Arlindo, Mucuri, Jardim América e Alto Bonito. Mediante planejamento da produção e condições de instalação;

l) Estruturar trabalhos artesanais através do reaproveitamento dos insumos da agricultura familiar.

Para continuidade, acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal a partir deste encontro foi formada uma Comissão com representação dos presentes no encontro.

## AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE



Fonte: Os autores (2026).

Neste Seminário, o Objetivo Estratégico estabelecido no plano foi: Desenvolver um processo de sensibilização e formação de apoio à transição agroecológica no território junto as famílias, consumidores, por meio da ação coletiva das secretarias municipais e entidades atuantes no território de Bonito.

### Foram questões apontadas pelos participantes:

a) Necessidade de assistência técnica e extensão rural para transição agroecológica que atue e todas as associações rurais, a partir de um processo de mobilização comunitária;

b) A importância da comunicação sobre a agroecologia nas comunidades rurais, a partir da ampliação fazendo uso dos veículos de comunicação existente em bonito;

c) Programa de educação ambiental e produção orgânica de base agroecológica nas escolas com a conscientização das crianças, pais e responsáveis. Garantido a continuidade e ampliação da toda rede pública de ensino;

d) Sobre a problemática do uso de agrotóxico pelos (as) agricultores (as) das associações rurais e a insegurança de deixar de fazer uso, sobre o medo de perder a produção, a necessidade de um programa de formação específica sobre como fazer defensivos naturais, biofertilizantes, técnicas de manejo do solo, cultivos em rotação e diversificação de cultura, etc.

e) A necessidade da mobilização social das famílias nas comunidades refletiu-se a dificuldade dos agricultores (as) fazerem presença nas reuniões na cidade, para tanto ficou o indicativo de levar as discussões para dentro das associações rurais, fazendo uso dos espaços das assembleias comunitárias, que já acontecem a cada mês nas comunidades;

f) Necessidade de maior esforço/articulação conjunta das organizações que atuam no território de bonito, no apoio a transição agroecológica: secretaria de agricultura, IPA, associação, ONG, universidades, no apoio da ampliação dos conhecimentos da agroecologia junto às comunidades rurais;

g) Dependência dos agricultores (as) do mercado industrial das sementes usadas no cultivo agrícolas, que impõe sementes geneticamente modificadas, frente a necessidade de apoiar as comunidades rurais com metodologias e estratégias autogestionárias que assegurem a valorização e preservação de sementes crioulas, por meio das práticas familiares ou com a institucionalização de bancos de sementes comunitários;

h) Necessidade de ampliar a formação de nível técnico em agroecologia, articulando a escola técnica estadual de bonito com o objetivo de dar continuidade na formação dos estudantes do meio rural sobre agroecologia, a exemplo da escola de agroecologia do Serta;

i) Necessidade de uma política de crédito com foco na implementação e ampliação das iniciativas de agroecologia na agricultura familiar;

j) Necessidade de maior visibilidade e valorização dos preços dos produtos orgânicos produzidos pelas comunidades no âmbito das associações, fomentando estratégias e conhecimentos que apoiem na importância da produção de base agroecológica;

k) Existência de turismo predatório no território, a necessidade de pensar estratégias a partir da

preservação dos recursos naturais (solo, água, vegetação...). Diante da problemática da contaminação dos recursos hídricos e desmatamento de áreas com retirada de madeira e uso de fogo;

l) Programa de conscientização sobre a contaminação das áreas com o lixo;

m) Realizar os encontros de sensibilização e formação dessa natureza com as comunidades rurais para sensibilizar outras famílias;

n) Mapear as potencialidades produtivas agrícolas e pecuárias do município, com ênfase no planejamento das atividades para transição agroecológica.

Nesta discussão ficou evidenciado o elevado índice de veneno usado pelos agricultores/as vinculados as Associações Rurais, os quais foram identificados os tipos, culturas e função de uso.

Quadro - Agrotóxico, classificação, cultura agrícola e função de uso pelos agricultores/as das associações rurais de Bonito.

AGROTÓXICO			
Tipos	Classificação	Culturas agrícola	Para quê?
Furadan	Inseticida Nematicida	Banana cumprida	Para combater o moleque (broca)
Lannate	Inseticida	Banana	Combater a lagarta
Roundap	Herbicida	Mato	Matar o mato
Ridomil	Fungicida	Tomate	Doenças (pin ta preta, cercosporiose, fungos, e tc)
Aldrin	Inseticida	Solo	Mata insetos (formigas)
Tamaron	Inseticida	Alface, pimentão, repolho, etc	Inseticida
Dithane	Fungicida	Banana	Limpar a banana
Tordon e Tux	Herbicida	Árvore em geral	Matar toco (evita a germinação das plantas)
Regent	Inseticida	Cana-de-açúcar/Cará	Mata cupim

Fonte: SANTANA (2023).

As informações do quadro merecem atenção, pois duas das substâncias identificadas pelas famílias ainda em uso foram desautorizadas na agricultura, com base na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) N 1 de janeiro de 2011 (Brasil, 2011) e na Resolução N 185 de outubro de 2017 (Brasil, 2017), que tratam respectivamente sobre a proibição de uso e o comércio do Tamaron (Metamidofós) e Furadan (Carbofuran) na agricultura.

Quadro - Fertilizante, classificação, cultura agrícola, e função de uso pelos agricultores/as das associações rurais de Bonito.

FERTILIZANTE			
Tipos	Classificação	Culturas agrícola	Para quê?
Ureia	Adubo nitrogenado	Milho	Enverdecimento das plantas
N-P-K (06-24-12)	Formulação	Inhame, batata e macaxeira	Adubo de enraizamento
N-P-K* (20-10-20)	Formulação	Inhame, batata e macaxeira	Crescimento das culturas agrícolas

Fonte: SANTANA (2023).

Neste quadro, identificamos os fertilizantes utilizados pelas famílias agricultoras. Esse levantamento orienta para a necessidade de desenvolver um processo de sensibilização e capacitação com as famílias sobre a produção de biofertilizantes e biodefensivos naturais, como estratégia autogestionária de construção do conhecimento das famílias na produção de insumos, a partir da matéria prima existente na unidade familiar.

Em termos de estratégias coletivas, alertamos para necessidade de desenvolver ações coletivas de apoio as estratégias para intensificar os processos de fiscalização, sensibilização e formação que impulsionem a construção do conhecimento agroecológico para transição agroecológica das famílias agricultoras.

Para continuidade, acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal a partir deste Seminário foi formada uma comissão com representação de associações rurais: Isaias Santino da Silva, Michele Sales da Silva e José Armando (Rajado).

\*Formulação: Nitrogênio, Fósforo e Potássio.

# TURISMO, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Neste Seminário, o Objetivo Estratégico estabelecido no plano foi: Apoiar no processo de transição agroecológica a partir da ampliação da consciência ecológica da população e turistas de Bonito. O diagrama a seguir explicita as estratégias propostas no processo de construção.



Fonte: Os autores (2026).

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado em 21 de outubro de 2021, no auditório da Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer de Bonito-PE. Com a facilitação do professor Paulo Santana, com apoio da secretaria de turismo. O encontro contou com a participação de 21 pessoas, dentre eles, representantes da Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; Câmara Municipal de Vereadores, Associação Vida Agroecológica; OCS Vida Agroecológica; Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito, Sociedade Civil, Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); estudantes e egressos do Curso Técnico em Agroecologia do SERTA, além de consumidores do Mercado da Vida.

O alerta concentrou-se nas questões do turismo relacionado à rede de pousadas e hotelaria. Segundo dados da Secretaria de Turismo, no território há uma oferta de cerca de 1.200 leitos para hospedagem, e que há uma preocupação com a gastronomia de base agroecológica. Nesse sentido, em 2021, a Secretaria criou o primeiro Festival Gastronômico da cidade como objetivo de sensibilizar e ampliar os conhecimentos sobre alimentação saudável com a proposta futura de articular o turismo de vivência agroecológica nas propriedades familiares assim como também na criação de selo agroecológico para identificar ao público as pousadas que apoio na prática a transição agroecológica.

Outros problemas refletidos a serem contempladas no PLAMAPO estão relacionados com as queimadas, o desmatamento e a questões do lixo gerado nas cachoeiras pelo turismo predatório, o que demandaria um amplo processo de conscientização ecológica junto ao público que fazem uso do turismo no território.

## Foram questões apontadas pelos participantes:

- A necessidade de estrutura em Bonito uma rede de turismo de vivência, podendo contemplar as experiências de artesanato e de práticas nas propriedades agroecológicas, articulando a venda dos produtos produzidos. Possibilitando maior vínculo dos turistas com a responsabilidade junto às iniciativas locais;
- Incluir nas peças de comunicação institucional do turismo de Bonito, o apelo pela consciência ecológica, e a corresponsabilidade com a preservação do patrimônio natural de Bonito. Ampliando o compromisso com a reciclagem do lixo, do consumo de alimentos de base agroecológica, etc;
- Rede de restaurantes e pousadas com a comunicação direcionada para o turismo ecológico a partir da oferta de cardápios com produtos da comunidade de base agroecológica;
- Infraestrutura de comunicação e fiscalização articulada com os guias de turismo locais, no sentido de fortalecer a consciência ecológica dos turistas;
- Presença de queimadas, uso de agrotóxicos e desmatamentos, o que ameaçam o turismo de Bonito, o clima tão procurado, além da extinção de espécies animais e vegetais, com destaque na extinção dos agentes polinizadores, o que acarreta sérias consequências à reprodução dos alimentos com as floras;

- Necessidade de ampliar as edições anuais do Festival de Gastronomia com ênfase na produção agroecológica, articulando as iniciativas locais e os conhecimentos praticados na alimentação e saúde a partir dos alimentos;
- Necessidade da formação dos empreendimentos (restaurantes, hotéis, pousadas e similares) sobre a agroecologia;
- Necessidade de estrutura o Plano de Comunicação do Mercado da Vida, pensando a faixa do prédio e o uso das redes sociais, difusoras, rádio comunitária e demais veículos de comunicação atuante em Bonito;
- Necessidade de desenvolver processos formativos com os guias locais de turismo sobre a perspectiva agroecológica.

Este seminário deveria ter tido uma maior participação com os diferentes setores do comércio, da indústria e serviços. Porém, ressalte-se que esse público possui poucas estruturas de organização coletiva o que tornou a mobilização mais complexa. O diagnóstico indicou que é importante construir um processo específico de sensibilização para os agentes econômicos presentes no município.

Ao término das devoluções dos grupos foram indicados como comissão para dar continuidade à construção do Plano Municipal de Agroecologia representantes dos segmentos do Turismo presentes no encontro.

# SAÚDE, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E MEIO AMBIENTE

Neste Seminário, o Objetivo Estratégico estabelecido no plano foi: Promover processos participativos de inclusão social, a partir das práticas de saúde integrativa, para contribuir com o desenvolvimento da população, com foco na transição agroecológica do território de Bonito. O diagrama a seguir explicita as estratégias propostas no processo de construção.



Fonte: Os autores (2026).

Participaram deste Seminário de Sensibilização e Formação, 25 pessoas, das quais destacam-se a Secretária de Assistência Social, Secretário de Agricultura, diretora de meio ambiente, agente social, nutricionista, psicólogo, Técnico de enfermagem, sanitarista, agente comunitário de saúde, agricultores e agricultoras da OCS Vida Agroecológica e do Mercado Público da Vida, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE, refletiram sobre a função dos equipamentos públicos de saúde e assistência social, quando apoiados pela agroecologia, visto que as ações neste setor se relacionam com muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, que ficam exposta à (in)segurança alimentar.

Nesse sentido, o território conta com 89 (oitenta e nove) agentes comunitários de saúde que de forma continuada acessam as famílias do território e podem assegurar possíveis orientações sobre a produção de alimentos em quintais ou estamos de uso coletivo. Assim, foram formuladas nove propostas de ação para o PLAMAPO.

## **Durante a sistematização das discussões, registrou-se:**

- a) Necessidade de sensibilizar a população sobre alimentação saudável, formações nos bairros de Bonito;
- b) Articular o programa da primeira infância – Criança Feliz;
- c) Contraste entre o desperdício das frutas e o refrigerante na mesa. “Se você ama sua família não bote refrigerante na mesa”;
- d) A cultura na zona rural é de deixar de comprar macaxeira, batata doce, inhame para comprar pizza;
- e) Muito uso de tempero artificial no sabor das comidas;
- f) Incentivar a população a não consumirem produtos industrializados para comprar alimentos saudáveis de origem orgânica;

- g) Antes víamos muito uso de chás de capim santo, laranja e agora Rivotril, clonazepam, diazepam, pondera, fluoxetina. Os saberes tradicionais estão sendo ignorados e muitas vezes as comunidades nem conhecem mais;
- h) A necessidade de pensar Farmácias Vivas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- i) Hortas em quintais produtivos e Sistemas Agroflorestais.

A organização dos serviços públicos de saúde e assistência social ofertados a população, segundo levantamento prévio pelos participantes, foram caracterizados pela existência dos seguintes equipamentos públicos:

- 89 Agentes Comunitários de Saúde;
- 16 Agentes de Endemias;
- 10 Agentes Sociais;
- 01 Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)
- 03 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)
- 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (PETI)
- 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- 01 Unidade Pública de Atendimento Especializado (UPAE);
- 01 Hospital Regional;
- 01 Centro de Especialidade em Odontologia (CEO);
- 01 Associação (APAE);
- 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O conjunto dessas iniciativas disponibilizadas aos serviços de saúde e assistência social no território de Bonito coloca em evidência o potencial de articulação do sistema municipal com a Política Nacional e Estadual de Agroecologia e Produção Orgânicas, em diálogo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS).

## Problemas comuns identificados nas comunidades de Bonito

O diagnóstico prévio apresentado pelos participantes identificou algumas doenças que podem estar associadas à problemática do uso indiscriminado de agrotóxicos e a produção de alimentos, na qual constatou-se nas comunidades do território de Bonito, famílias em situação de vulnerabilidade social com sinais de: fome, Diabetes Mellitus (DM), depressão, Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), desnutrição, ansiedade, câncer, mal de Alzheimer, colesterol alto, infertilidade, dermatite tópica, má formação de feto, problema tireoidiano, problema renal e intoxicação.

Ao término das devoluções dos grupos foram indicados como comissão para dar continuidade à construção do Plano Municipal de Agroecologia representantes dos segmentos da saúde e assistência social presente no encontro.

# A METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

A metodologia desenvolvida teve como base a dimensão sociológica da ação coletiva, como concepção necessária a construção social da agroecologia, tendo como centralidade o envolvimento no processo, os diversos atores, organizações públicas e privadas do território de Bonito/PE.

O estudo indicou a necessidade de uma metodologia de pesquisa capaz de articular a diversidade dos conhecimentos existente no território, desenvolvida junto aos agricultores e agricultoras, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, gestores públicos e o poder legislativo, articulada a uma abordagem construída a partir das diversas áreas do conhecimento.

No contexto de Bonito identificou-se um horizonte temporal de 13 (treze) anos de sensibilização para territorialização da agroecologia a partir das problemáticas ambientais e sociais presentes em Bonito, em vista que as primeiras discussões surgiram no ano de 2009 e que, de alguma maneira seguiu até o ano de 2022, com o impulso coletivo para a criação da Política e do Plano Municipal de Agroecologia.

Esse conjunto de ações estratégicas (Figura seguinte) demonstram a capacidade coletiva dos gestores públicos e organizações vinculadas aos movimentos camponeses e de movimentos sociais que alinhada aos interesses comuns com partilhados, na medida em que impulsionam ações nos diversos níveis com a participação social, também fortalecem a territorialização da Agroecologia no território.

Neste sentido, a agroecologia política conceituada por Molina, et al. (2021), em termos de escalamento da agroecologia, caracteriza a existência de um movimento horizontal na sociedade, que contribui com a ampliação das experiências agroecológicas no território. Ou seja, para os autores o alcance da agroecologia nas dimensões da saúde, educação, agricultura, meio ambiente, turismo, mudanças climáticas, etc, mobilizou em Bonito, o engajamento dos atores sociais por uma ação comum, que politicamente passaram a atuar coletivamente, a partir das lutas sociais. E com objetivos compartilhados passaram a ampliar em escala horizontal a pauta da agroecologia, impulsionando na vertical a efetivação da agroecologia como política pública municipal.

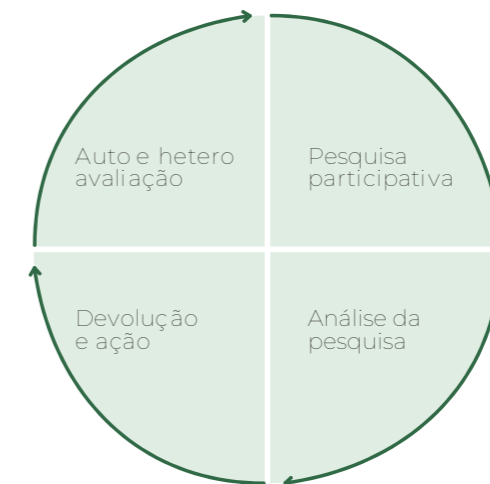
A partir do segundo semestre de 2019, esse processo passou a ganhar impulso metodológico, que para além da articulação da prefeitura no âmbito de suas secretarias municipais, das organizações de agricultores, sociais e privadas. A iniciativa foi incubada pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o qual apoiou com a participação de doutorandos pesquisadores/as e professores/as, que de forma sistemática contribuíram diretamente com a construção metodológica desta ação.

As convergências desse processo seguiram o itinerário metodológico a partir da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), que nos argumentos do educador e filósofo Abdalaziz de Moura, afirma que:

O conhecimento da realidade territorial pode favorecer o conhecimento autogestionário das comunidades na solução de seus problemas. Para que haja esse conhecimento/reconhecimento é preciso investir nas gerações que estão sendo formados, agora, na escola, de maneira diferencial. Eis aí o desafio: discutir a escola, seus conteúdos, sua pedagogia e sua relação com os demais espaços educativos. (MOURA, 2005, p.5).

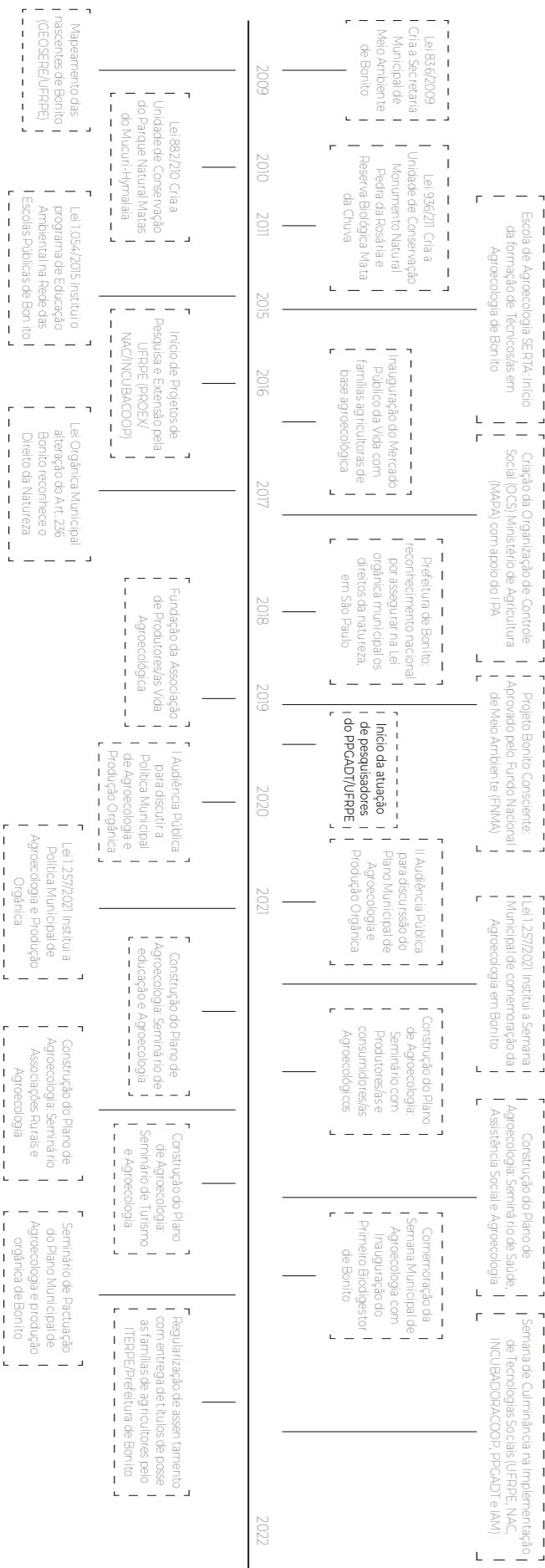
Os princípios da PEADS, tem centralidade nos conhecimentos prévios dos atores sociais do território, e a partir deles se busca problematizar a realidade e refletir profundamente sobre ela, elevando ao patamar da ação os conhecimentos construídos com os atores e organizações do território. Os fundamentos teóricos que orientaram o ciclo metodológico da PEADS nos processos de pesquisa na prática compõem-se de quatro etapas.

Figura - Processo metodológico das etapas da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS).



Fonte: Os autores (2026).

A dimensão da “Pesquisa participativa da realidade, análise da pesquisa, devolução ação participativa e avaliação participativa do processo” (MOURA, 2003, p. 105) possibilitou visualizar o itinerário pedagógico da pesquisa no âmbito das etapas metodológicas, nos resultados do processo de pesquisa e nos conhecimentos de aprendizagens da pesquisa, conforme aspectos apontados no desenho metodológico (Quadro 6) a partir da aplicação da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS).



<b>DIMENSÕES METODOLÓGICAS DA PEADS</b>	<b>RESULTADO DO PROCESSO</b>	<b>APRENDIZAGENS DO PROCESSO</b>
<p>A primeira etapa consistiu na pesquisa participativa em conhecer o território e os conhecimentos existentes nos atores sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação do projeto de pesquisa (Associação, IPA, CMDRS, secretarias municipais, câmara de vereadores, etc);</li> <li>- Defesa pública de qualificação do projeto de pesquisa a banca do PPGADT/UFRPE;</li> <li>- Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFRPE);</li> <li>- Mapeamento de fontes teóricas a partir das chaves de leitura (Ação coletiva, construção do conhecimento agroecológico, Território, Transição Agroecológica, e políticas públicas);</li> <li>- Planejamento das 14 entrevistas desenvolvidas com agricultores/as familiares; organizações da sociedade civil, instituição de ensino, pesquisa e extensão e gestores municipais;</li> <li>- Pesquisa documental (Leis, projetos, relatórios, etc).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visão do território a partir dos desafios para transição agroecológica quanto pesquisador;</li> <li>- Mobilização dos diversos atores do território;</li> <li>- Maior aproximação com as comunidades, seus saberes e fortalecimento de vínculos locais;</li> <li>- Mais de 50 idas a campo no território de Bonito com agenda de pesquisa caracterizada em: reuniões, articulações, visitas, mutirões, desenvolvimento das entrevistas, implantação de ecotecnologias, seminários, sessão da câmara de vereadores, etc.</li> </ul>
<p>A segunda etapa consistiu na análise do conhecimento identificado na pesquisa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mediação e articulação do planejamento para realização de duas audiências públicas municipais para construção da Política municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;</li> <li>- Coordenação na realização do Seminário de formação educação e construção do conhecimento agroecológico;</li> <li>- Coordenação da realização do Seminário de formação dos agricultores e consumidores agroecológicos;</li> <li>- Coordenação da realização do Seminário de formação de agricultores de associações rurais do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável;</li> <li>- Coordenação da realização do Seminário de formação com os agentes de turismo;</li> <li>- Coordenação da realização do Seminário de saúde, inclusão social e agroecologia;</li> <li>- Articulação para inclusão das ações do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no orçamento público municipal (PPA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundamento do processo formativo e reflexivo com os atores envolvidos;</li> <li>- Sensibilização sobre o processo de construção do conhecimento agroecológico, cerca de 236 pessoas participantes na construção do Plano de Agroecologia;</li> <li>- Participação de 80% das gestoras e coordenadoras pedagógicas da rede pública de ensino no Seminário;</li> <li>- Elevação do nível da Peads aplicado as vivências subjetivas e profissionais, para o processo de sistematização;</li> <li>- Participação de seis Secretários Municipais;</li> <li>- Participação de 11 vereadores nas sessões da Câmara, audiências públicas e seminários;</li> <li>- Cerca de 169 pessoas participaram nas audiências públicas com destaque mais de 30 municípios circunvizinhos;</li> </ul>

<p>A terceira etapa consistiu na reflexão coletiva e ação a partir do conhecimento constituído com os atores e organizações do território</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistematização das entrevistas realizadas;</li> <li>- Sistematização de cinco relatórios dos seminários temáticos com diagnóstico prévio dos desafios da agroecologia, ambos disponibilizados as secretarias e organizações do território;</li> <li>- Elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;</li> <li>- Mediação e articulação para aprovação da Lei 1.257/2021 que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (sessão pública);</li> <li>- Mediação e articulação para aprovação da Lei 1.258/2021 que institui a Semana Municipal de Comemoração da Agroecologia em Bonito (sessão pública);</li> <li>- Articulação do Projeto de Extensão Universitária/UFRPE/NAC/INCUBACOOOP no desenvolvimento de formações e implantação de ecotecnologia nas propriedades dos agricultores do Mercado da Vida;</li> <li>- Articulação na execução do Projeto APP gestão e comercialização de produtos pela OCS Vida Agroecológica. Em desenvolvimento pelo Laboratório Multidisciplinar de Tecnologias Sociais – UFAPE;</li> <li>- Formação e cadastro de novos agricultores agroecológico a OCS Vida Agroecológica;</li> <li>- Coordenação do Projeto (Em) Transição, aprovado no Funcultura, fundamentado na pesquisa de tese, para residência fotográfica em propriedades agroecológicas com a técnica da antotipia;</li> <li>- Continuidade das ações com projeto de pesquisa e discussão de um piloto de educação em agroecologia no currículo de uma escola pública, pelo pesquisador Germano de Barros PPGADT/UFRPE;</li> <li>- Continuidade das ações com projeto de pesquisa e discussão de uma casa de sementes crioulas com metodologia participativa envolvendo agricultores/as do Mercado da Vida, pela pesquisadora Cristiane Generoso PPGADT/UFRPE;</li> <li>- Elaboração e submissão de artigo em revista científica;</li> <li>- Publicação de texto em resumo e capítulo de livro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Texto da Política de Agroecologia debatido em Audiência Pública, com período de acolhimento de emenda, o qual teve adesão por unanimidade das proposições;</li> <li>- PMAPO elaborado com base na Lei Nacional e Estadual de Agroecologia, além de atender marcos legislativos específicos do município de Bonito;</li> <li>- Aprofundamento do processo formativo e reflexivo das ações desenvolvidas;</li> <li>- Sistematização do Plano de Agroecologia estruturado em cinco eixos temáticos seguidos de objetivos específicos que contemplam 40 ações estratégicas pensadas no território;</li> </ul>
---	---	--

<p>A quarta etapa foi dedicada a “auto-avaliar e hetero-avaliar os processos desenvolvidos no território</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição de comissão municipal de planejamento e monitoramento das ações Plano de Agroecologia e produção Orgânica, a partir dos seminários, para planejamento e monitoramento anual;</li> <li>- Elaboração de Relatório Técnico do processo de construção do Plano e da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito;</li> <li>- Elaboração de Tese, pré defesa e defesa no PPGADT/UFRPE.</li> <li>- Devolução aos atores do território e a todos que fizeram parte deste processo a partir de seminário para apresentar o PLAMAPO e os resultados da tese. (previsto para acontecer após a defesa da tese).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprendizagem coletiva de iniciativa piloto no Estado, em termos de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;</li> <li>- Percepção de que a política de agroecologia não pode ser pensada e executada de forma setorializada por uma gerência ou uma secretaria municipal, mas por uma ação coletiva ente atores, organizações sociais, universidade e gestores públicos.</li> </ul>
--	---	---

Fonte: Os autores (2026).

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO

O município de Bonito é uma das experiências que podemos citar no contexto estadual que, sobretudo nos últimos seis anos vêm acumulando resultados significativos em termos de transição agroecológica, por meio de ações envolvendo atores e organizações sociais em parceria com entes públicos, tais como a Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura de Bonito no âmbito de suas secretarias municipais.

A participação de diferentes atores sociais tem colaborado para a construção de diferentes estratégias importantes para fortalecer a transição agroecológica no município como um todo. Esse processo emancipatório tem contribuído para a transição agroecológica, protagonizado por lideranças comunitárias, agricultores/as familiares, organizações sociais e públicas, de forma a reconfigurar não somente o meio rural, mas também levar o debate para o espaço urbano, com o fortalecimento de estratégias de produção, comercialização e consumo baseados nos circuitos curtos de comercialização, comércio justo e consumo responsável.

Essa construção vem se dando com a ação coletiva e articulada entre algumas organizações que passaram a mobilizar a sociedade

e o poder público. Dentre estas pode-se citar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) e o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), ambos articulados pelos/as professores/as da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)<sup>5</sup>, o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)<sup>6</sup>, com a experiência da formação técnica em agroecologia ministrada, o coletivo Aimirim<sup>7</sup> e a articulação dos extensionistas locais do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que envidaram esforços coletivos para dialogar com as secretarias municipais e câmara de vereadores de bonito, permitindo o início de um processo promissor de transição agroecológica no município.

As ações de convergências desenvolvidas nesta trajetória social contemplaram a realização de assessoria técnica, pesquisa e extensão rural universitária nos âmbitos da economia solidária e agroecologia, tanto na zona rural quanto na urbana, assim como também na construção de estratégias de promoção da agroecologia no território.

<sup>5</sup>Por meio da pesquisa e extensão universitária desenvolveram trabalhos com a participação de estudantes coordenados por professores/as no âmbito de projetos financiados pelo CNPq.

<sup>6</sup>O SERTA é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associação sem fins lucrativos, que ao longo de 32 anos, vem emancipando gerações com a missão de “formar pessoas para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas na promoção do desenvolvimento sustentável”. É uma escola de nível médio que forma técnicos em Agroecologia. Acesso em: [www.serta.org.br](http://www.serta.org.br)

<sup>7</sup>Coletivo de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, com vínculo histórico com o município de Bonito, que a partir do ano de 2015 iniciou um processo de transição agroecológica. Ao chegar no município encontraram as condições propícias para ampliar a proposta no sentido de territorializar a agroecologia e a economia solidária.

Como resultado desta construção coletiva pode-se citar a inauguração do Mercado da Vida<sup>8</sup> em 2016, um centro público de comercialização da produção agroecológica que envolve mais de 20 famílias de agricultores e agricultoras com o objetivo de consolidar sistemas produtivos, comércio justo e consumo responsável, cujas bases estão fundamentadas nos princípios da agroecologia. Além disso, a fundação da associação dos agricultores/as vida agroecológica e a constituição de seu cadastro como organização de controle social (OCS)<sup>9</sup>, resultou numa organização de base comunitária que organiza os atores e discute processos de transição agroecológica nas comunidades.

Em paralelo, merece destaque a ação do Sertão que vem atuando na formação dos técnicos em agroecologia do município. Já foram formadas três turmas, em ciclos distintos de técnicos em agroecologia, profissionais qualificados, que refletem a realidade e com base nela, contribuem para a ação, por meio de processos participativos na extensão de práticas de base agroecológica.

E ainda nesta mesma trajetória, vale enfatizar o processo de sensibilização e de educação em agroecologia junto às escolas e à população em geral. Isso envolveu desde a criação de hortas escolares, como forma de diversificar a alimentação das crianças e fomentar hábitos alimentares saudáveis, até a realização de oficinas de alimentação saudável, diferentes processos formativos

sobre economia solidária, consumo consciente, uso indiscriminado de agrotóxicos, etc., ou seja, todas estratégias educativas que contribuíram com o processo em construção de consolidação da agroecologia no município.

Esses resultados se inserem no contexto nacional, em que a dimensão política organizativa da transição agroecológica, passa a incidir nos espaços públicos governamentais, a partir da participação social, na elaboração de políticas estaduais e municipais.

Em 2012, o processo de participação social corroborou com a constituição da política nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO)<sup>10</sup>. Iniciativa que institucionaliza um conjunto de diretrizes para agroecologia com enfoque intersetorial. Durante esta última década, percebe-se que essa discussão ganhou prioridade no debate do território nacional, impulsionado pelos movimentos e organizações sociais e da agricultura, que amplia as políticas públicas da agroecologia, nas suas diversas dimensões junto aos segmentos governamentais.

Em 2013, concretamente esta política é instrumentalizada com a construção do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO) e em 2016 passa a ser atualizado com o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (II PLANAPO), os quais ampliam a ação da agroecologia de forma intersetorial no território.

<sup>8</sup> Mercado Público que funciona durante a semana nos dias de quintas, sextas e sábados, das 7h às 19h. <https://www.facebook.com/mercadodavidaPE>. São ofertados produtos agroecológicos in natura direto da roça, assim como também alimentos beneficiados a toda população de Bonito desde dezembro de 2016.

<sup>9</sup> Organização de Controle Social Vida Agroecológica (OCS - PE <sup>38</sup>) que habilita <sup>22</sup> agricultores/as orgânicos cadastrados junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desde <sup>25</sup> de abril de 2017.

<sup>10</sup> Decreto N° 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Neste sentido, em julho de 2020, essa trajetória social teve um marco importante em Bonito com a mobilização da população para a primeira Audiência Pública municipal com o intuito de ampliar a discussão sobre o Plano Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito. Essa ação social e política<sup>11</sup>, mobilizou a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Prefeitura Municipal de Bonito no âmbito das secretarias municipais, Câmara Municipal de Vereadores, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Associação Vida agroecológica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além da expressiva participação de outros/as atores/as e organizações sociais que acompanharam o debate da ocasião. Segundo o relatório da Audiência Pública (2020), a discussão do encontro teve como encaminhamento:

- a) Criar um grupo metodológico de trabalho para apresentar uma proposta de decreto para formação da comissão municipal para o Plano;
- b) Construção do Decreto para formação da Comissão elaboradora do Plano Municipal de Agroecologia;
- c) Inserir as ações de agroecologia e do Plano/Política de Agroecologia no PPA 2021-2024;
- d) Criação de um passo a passo e um cronograma para o Plano e a Política Municipal de Agroecologia;
- e) Criação de um relatório escrito para documentar o início do processo.

Em 2021, o estado de Pernambuco marca essa trajetória de construção social com a criação de Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica<sup>12</sup>. A qual respectivamente habilita o território dos municípios a debaterem e constituírem estratégias para criação das suas políticas municipais de agroecologia.

Neste contexto, compreende-se que a participação dos atores sociais tem colaborado para a construção de estratégias importantes para fortalecer a transição agroecológica no município, que está relacionado ao apoio à construção da política e do plano municipal de agroecologia no município.

Nesse sentido, esse processo de construção contou com o apoio de professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), que além do apoio institucional, também articulou a pesquisa do doutorando Paulo Santana que teve como território de estudo o município de Bonito. Seu estudo tem o objetivo de analisar o processo de construção do conhecimento agroecológico, resultante das diferentes estratégias de transição agroecológica, a participação social e a incidência dos atores públicos e privados e suas organizações, no fortalecimento da identidade territorial e da agroecologia no município de Bonito-PE, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de agroecologia, refletindo uma tendência nacional.

Em junho de 2021, foi realizada a segunda Audiência Pública pela Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura de Bonito, através das Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente. Com o Tema “Construindo Avanços em Torno do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito – PE”, realizada com o apoio da Associação de agricultores (as) Vida Agroecológica, Coletivo Aimirim, Movimento Camponês Popular (MCP), Mercado da Vida, do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (UFRPE), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP), Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de Pernambuco (CDRS/PE) e a Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg/PE). A iniciativa deixou um referencial metodológico de ação coletiva para os demais

municípios que desejam avançar com essa pauta em seu território. Participaram desta audiência mais de 30 municípios e 120 diferentes participantes, os quais destacou-se: o prefeito e seis vereadores de Bonito, e dois outros vereadores de cidades circunvizinhas. Além de cinco universidades, representantes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, conselhos municipais de desenvolvimento, sindicatos da agricultura familiar, estudantes de agroecologia, professores/as, agricultores/as, órgãos e secretarias estaduais. Assim como também teve o acompanhamento remoto de pessoas de outros países a exemplo da Espanha, Canadá, Equador e França. (BONITO, 2021, p. 14).

Nesta Audiência foi apresentado ao público o texto do Projeto de Lei da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, que recebeu contribuições dos participantes. No mês seguinte foi aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Bonito e em seguida sancionado pelo Poder Executivo local.

Em Julho de 2021 o Município de Bonito cria a Lei Municipal Nº 1.257, de 07 de julho de 2021<sup>13</sup> que institui a Política de Agroecologia e estabelece as Diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito. Com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso

sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal.

Podendo ser articulada e desenvolvida em cooperação com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que participem com programas, projetos e ações.

Em agosto de 2021, foi instituída a Lei Nº 1.259, de 05 de agosto de 2021 que dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito a ser comemorada anualmente na última semana de maio, em todo território municipal, com o objetivo de articular, integrar e desenvolver ações de amplitude agroecológica, contribuindo para os processos de transição agroecológica necessário ao desenvolvimento do território e da qualidade de vida da população de Bonito. Esta iniciativa, favorece a ampliação do debate da agroecologia no município, contribuindo para o fortalecimento da política municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) e pode ser desenvolvida a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

<sup>12</sup>Audiência Pública Realizada Pela Plataforma Zoom, Devido aos Protocolos da Pandemia Covid-19, Com Participação de 46 Pessoas Online. A Transmissão no Facebook Via Página “Eu Amo Bonito” Online, Registrou Mais De 900 Visualizações. Realizada em 26 de julho de 2020.

<sup>12</sup>LEI Nº 17.158, de 08 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.

<sup>13</sup>Lei Nº 1.257, de 07 de julho de 2021. Dispõe sobre a Criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as Diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO

O processo de elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica foi discutido a partir de um conjunto de debates públicos que amplamente permitiram por um lado, interagir com a intersetorialidade da agroecologia nas políticas públicas, no sentido de apoiar as dimensões da transição agroecológica, na conservação e recuperação dos recursos naturais, na produção e consumo de alimentos saudáveis, e por outro lado, possibilitou a participação dos diferentes segmentos da sociedade nesta construção.

O esforço é de fazer compreender que a política de agroecologia não deve chegar ao município como historicamente a construção de políticas públicas tem se apresentado. O que vemos muitas vezes é que em outras realidades acabam permanecendo na responsabilidade e na limitação de execução separada, setORIZADA, individualizada por secretarias e órgãos municipais<sup>14</sup>. Como se fosse compromisso de um só setor, planejado e executado dentro do seu quadrado, e que não se amplia a partir da concepção de uma intersetorialidade, como “imaginário convocante” coletivo, inovador e revolucionário, à altura de um futuro diferente para um município como Bonito.

Como ponto de partida, foi proposto a seguinte pergunta orientadora para o debate de construção do plano: **Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersetoriais de agricultura, meio ambiente, educação, cultura, saúde, assistência social e**

**infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável?**

Tornaram-se pauta desses encontros as falas públicas de abertura dos seminários, a apresentação dos objetivos e contextualização histórica do processo de construção do Plano; o desenvolvimento de painel temático da agroecologia discutido e interagido com os participantes; a divisão de grupos de trabalhos para identificação de problemáticas e a proposição de ações, a devolução da construção dos grupos, a constituição de uma comissão que dará continuidade ao monitoramento e avaliação do Plano.

Participaram diretamente desta ação coletiva mais de 292 pessoas, que representaram diferentes setores da gestão pública municipal de Bonito, movimentos sociais, iniciativas privadas, órgãos de pesquisa, universidades federais e estaduais, escolas municipais, sindicatos rurais, conselhos de desenvolvimento, escolas de agroecologia, associações rurais e consumidoras/es.

Ambas atividades geraram relatórios que apoiaram, a partir de diagnóstico prévio, a construção das diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. Ao longo desse processo o estudo também foi ancorado pela pesquisa, a partir do estudo de documentos, leis, decretos e relatórios, bem como de revisão de literatura necessária à sua realização.

<sup>14</sup>Contribuições de MOURA (2021), Texto Informativo Nº 5, Uma Pedagogia Disponível para as Políticas Públicas de Agroecologia. Instituto Abdalaziz de Moura. Disponível em: [www.institutoabdalazizdemoura.org.br](http://www.institutoabdalazizdemoura.org.br)

Em outubro de 2022, foi realizado o Seminário Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, que reuniu os atores e organizações envolvidas na construção, além de lideranças e organizações convidadas, com o objetivo de conhecer, discutir e pactuar o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

Com esse resultado o município de Bonito ganha um marco na constituição da política municipal de agroecologia e habilita os/as gestores/as, com impulso da participação social e da ação coletiva, a elaborarem e debaterem no Seminário Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica a pactuação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica com inserção no orçamento público e a ser executado no Plano Plurianual (2023 – 2025).

## OS EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES DO PLANO

Pactuado para o horizonte temporal de três anos (2023 – 2025), a estrutura do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito/PE, foi composta por cinco Eixos Temáticos, os quais destacam-se: (I) Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico; (II) Transição Agroecológica, Produção, Comercialização e Consumo; (III) Turismo e Lazer de Base Agroecológica; (IV) Saúde, Inclusão Social e Agroecologia e (V) Meio ambiente e Agroecologia. Ambos seguidos dos seus objetivos estratégicos que contemplam 40 (quarenta) ações a serem articuladas coletivamente e desenvolvidas no território de Bonito.

Essas iniciativas impulsionam a construção da agroecologia nas diversas dimensões do território, podendo ser desenvolvidas a partir da ação coletiva dos atores sociais, organizações públicas e privadas presentes. As quais contribuem de forma sistemática com a afirmação da agroecologia.

Nos termos da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, as ações deste Plano também poderão ser desenvolvidas em cooperação com a União, Estados, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações, organizações religiosas e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

## EIXO I: EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
1. Desenvolver um processo de construção do conhecimento agroecológico, por meio de formação continuada junto as escolas públicas e comunidades do território de Bonito	1.1. Realizar Encontros Interdisciplinares de Formação Curricular com ênfase na educação em agroecologia (articulando as BNCC) junto as professoras/es, coordenadoras/es, estudantes, familiares e gestoras/es da Rede Pública de Ensino de Bonito.	06 encontros (sendo um a cada semestre)	- Secretaria de Educação e Cultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/PPGADT).	X	X	X	X	X	X
	1.2. Realizar Intercâmbios com Estudantes da rede pública de ensino de Bonito com o Mercado da Vida, no sentido de apresentar a iniciativa e sensibilizar sobre a produção e consumo de alimentos de base agroecológica.	36 Intercâmbios (sendo uma escola por mês).	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de agricultura; - Associação Vida Agroecológica; - Mercado da Vida; - Secretaria de Meio Ambiente.	X	X	X	X	X	X
	1.3. Ampliar o Programa de Agroecologia e Educação Ambiental nas escolas, por meio de trilhas ecológicas, cine ambiental, palestras, artes em Mamolengo, etc.	Continuidade do programa existente	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de Meio Ambiente.	X	X	X	X	X	X
	1.4. Realizar Compra de Alimentos da Agricultura Familiar e de base Agroecológica para a merenda escolar, com o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	06 semestres assegurados nas compras institucionais	- Secretaria de Educação e Cultura - Secretaria de agricultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA).	X	X	X	X	X	X
	1.5. Realizar Piloto de uma Escola Rural como Centro de Referência de Educação em Agroecologia e Educação do Campo, por meio de uma proposta curricular de formação da comunidade escolar e implementação de ecotecnologias para o desenvolvimento comunitário e de apoio a transição agroecológica das famílias agricultoras.	1 Centro de Referência de Educação em Agroecologia	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Secretaria de agricultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/PPGADT).	X	X	X	X		
	1.6. Realizar Integração e Escola Comunidade a partir da Educação em Agroecologia, com a mobilização de famílias dos estudantes e comunidades do entorno das escolas rurais de Bonito.	12 integrações a partir da oferta de cursos, oficinas, seminários, etc. (sendo dois por semestre).	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X
	1.7. Estruturar Campanha Educativa nas redes sociais, rádio comunitária, mídias digitais, comunicação popular, tais como educação como direito à alimentação, direitos universais da natureza no território de Bonito.	01 campanha anual nos veículos de comunicação local	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Secretaria de agricultura; - Secretaria de turismo.	X	X	X	X	X	X
	1.8. Produzir e Sistematizar Materiais Pedagógicos e Didáticos sobre as experiências de educação e construção do conhecimento agroecológico no território de Bonito.	03 cartilhas, vídeos, relatórios etc (sendo um a cada ano).	- Secretaria de Educação e Cultura - Secretaria de Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X

# EIXO II: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
2. Desenvolver um processo de sensibilização e formação de apoio a transição agroecológica no território junto as famílias, consumidores, por meio da ação coletiva das secretarias municipais e entidades atuantes no território de Bonito.	2.1. Realizar Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para transição agroecológica nas unidades familiares dos agricultores/as articulados as associações rurais de Bonito. Com prioridade a mulheres e jovens rurais.	Ao menos 50% das Associações Rurais recebendo ATER, até o terceiro ano do Plano.	- Secretaria de agricultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).	X	X	X	X	X	X
	2.2. Implementar Casa de Semente Crioula no território de Bonito, com metodologia participativa, a partir da contribuição de organizações parceiras atuantes na área.	03 Casas de sementes Crioulas implantadas (sendo uma a cada ano).	- Secretaria de agricultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC, INCUBACOOP, PROEX, PPGADT) - Escola de Agroecologia do Serto; - Movimento Camponês Popular (MCP).	X	X				
	2.3. Desenvolver um Programa Institucional de divulgação do Mercado da Vida e sensibilização da população sobre sua importância, a partir das escolas municipais, consumidores e turistas de Bonito.	Ação continuada.	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Secretaria de turismo; - Associação Vida Agroecológica; - Mercado da Vida.	X	X	X	X	X	X
	2.4. Ampliar a Comercialização de Produtos Orgânicos e de Base Agroecológica, com prioridade para os bairros da (Coab, Frei Damião, Cachoeira, Morena, Sapucaia, Boa Vista, Mutirão, Arlindo, Mucuri, Jardim América e Alto Bonito).	05 feiras de base agroecológica instaladas.	- Secretaria de agricultura; - Secretaria de meio ambiente; - Associação Vida Agroecológica.	X	X	X	X	X	X
	2.5. Implementar Sistema de Gestão Agroecológica com a criação de aplicativo de apoio à comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica a população.	01 Sistema de Gestão Agroecológica	- Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), no âmbito do Laboratório Multidisciplinar de Tecnologias Sociais (LMTS); - Associação Vida Agroecológica; - Mercado da vida; - Secretaria de agricultura; - Secretaria de meio ambiente.	X	X	X			
	2.6. Realizar Cursos/oficinas sobre Produção Orgânica e de Base Agroecológica, com ênfase na produção de adubos, defensivos e fertilizantes naturais junto aos agricultores/as das associações rurais.	18 Oficinas (sendo uma atividade a cada dois meses)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC, INCUBACOOP, PROEX, PPGADT).	X	X	X	X	X	X

2.6. Realizar Cursos/oficinas sobre Produção Orgânica e de Base Agroecológica, com ênfase na produção de adubos, defensivos e fertilizantes naturais junto aos agricultores/as das associações rurais.	18 Oficinas (sendo uma atividade a cada dois meses)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC, INCUBACOOP, PROEX, PPGADT).	X	X	X	X	X	X
2.7. Estruturar Unidades de Beneficiamento e Agregação de Valor a produtos de base agroecológica no território de Bonito, por meio da implementação de cozinhas e pequenas agroindústria familiares	01 Unidade de beneficiamento e agregação de valor da produção.	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Organizações parcerias do território.	X	X	X	X	X	X
2.8. Mobilizar a Criação de Organização de Controle Social (OCS) junto ao MAPA, a partir dos processos de adequação as conformidades da agricultura orgânica, a novos agricultores/as e comunidades rurais de Bonito.	06 encontros (sendo um a cada semente)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento alimentar; - Organizações parcerias do território.	X	X	X	X	X	X
2.9. Apoiar na Regularização Fundiária de parcelas dos assentamentos existente no território de Bonito em parceria com o Governo Estadual e Federal.	Agricultores/as com seus títulos de posse das parcelas da reforma agrária.	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo estadual e Federal; - Organizações parcerias do território.	X	X	X	X	X	X
2.10. Realizar Seminários sobre a importância de agentes polinizadores (Meliponicultura) e apoiar pesquisas no território de Bonito.	03 Seminários (sendo um seminário a cada ano)	- Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento alimentar; - Associação Vida Agroecológica; - Organizações parcerias do território.	X	X	X	X	X	X
2.11. Realizar Seminário Municipal de Monitoramento, Planejamento e formação integrando a ação coletivas das secretarias municipais, associações e entidades sociais, universidades, etc, no sentido de apoiar o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica.	03 Seminários (sendo um seminário a cada ano)	- Prefeitura Municipal de Bonito; - Secretarias Municipais; - Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano; - Organizações atuantes no território de Bonito.		X		X		X

## EIXO III: TURISMO E LAZER DE BASE AGROECOLÓGICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO							
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2		
3. Apoiar no processo de transição agroecológica a partir da ampliação da consciência ecológica da população e turistas de Bonito	3.1. Realizar Festival de Gastronomia popular com ênfase na dimensão da alimentação orgânica e de base agroecológica.	03 Festivais Municipais (sendo um por ano).	- Secretaria de turismo; - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo do Estado; - Organizações parceiras do território.		X		X			X	
	3.2. Desenvolver selo "AQUI APOIAMOS A AGROECOLOGIA" que identifique os empreendimentos (Redes de restaurantes, pousadas, hotéis e delivery) que ofertam serviços de base agroecológica	Criação de selo seguido das normas aplicáveis ao uso.	- Secretaria de turismo; - Secretaria de agricultura; - Organizações parceiras do território.	X	X						
	3.3. Realizar Formação dos Guias de Turismo sobre turismo agroecológico, como meio de apoiar a ampliação da consciência ecológica.	06 capacitações (sendo um por semestre).	- Secretaria turismo; - Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito; - Organizações parceiras do território.	X		X			X		
	3.4. Desenvolver um Programa de Audiovisual, ampliando a consciência ecológica da população e turistas que visitam e desfrutam do lazer de Bonito	Plano de comunicação (programa em rádio, catálogo turístico do município, layout do mercado da vida etc.)	- Secretaria de turismo; - Secretaria de meio ambiente; - Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X	X	
	3.5. Instituir Programa "Turismo de Vivência", possibilitando que os turistas desfrutem de experiências diversas na agroecologia. (Conhecendo biodigestores, manejo de melíponas, sistemas agroflorestais, beneficiamento da produção, etc.)	Unidades de referência em agroecologia sendo visitas e custeadas pelo Turismo de Vivência.	- Secretaria de turismo; - Secretaria de meio ambiente; - Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X	X	
	3.6. Realizar Seminários de Formação dos Agentes de Turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, espaços de lazer, produtores, consumidores e guias turísticos).	03 Seminários (sendo um seminário por ano).	- Secretaria de turismo; - Organizações parceiras do território	X	X	X	X	X	X	X	

## EIXO IV: SAÚDE, INCLUSÃO SOCIAL E AGROECOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO						
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2	
4. Promover processos participativos de inclusão social, a partir das práticas de saúde integrativa, para contribuir com o desenvolvimento da população, com foco na transição agroecológica do território de Bonito.	4.1. Implementar Farmácia Viva na estrutura pública de saúde do município.	01 farmácias Viva acompanhada de 05 viveiros de mudas em unidades familiares	- Secretaria de saúde; - Secretaria de assistência social; - Organizações parceiras do território.	X	X	X	X	X	X	
	4.2. Sensibilizar Profissionais de Saúde, Assistência Social e a população de Bonito sobre a importância da valorização e uso de farmácia viva na saúde preventiva.	06 Encontros temáticos (sendo um por semestre)	- Secretaria de saúde - Secretaria de assistência social; - Organizações parceiras do território.	X	X	X	X	X	X	X
	4.3. Formação de Agentes comunitários de saúde, endemias, programas e projetos de assistência social sobre práticas integrativas de saúde, soberania alimentar e segurança nutricional na produção de alimentos em quintais produtivos.	06 capacitações (sendo um por semestre).	- Secretaria de saúde; - Secretaria de assistência social; - Organizações parceiras do território.	X	X	X	X	X	X	X
	4.4. Realizar Ações para Promoção de Práticas Integrativas de Saúde com as famílias e comunidades.	06 oficinas temáticas sobre práticas de saúde integrativa (sendo uma por semestre).	Secretarias de saúde; - Secretaria de assistência social; - Secretaria de Agricultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Secretaria de Educação.	X	X	X	X	X	X	X
	4.5. Realizar Programa de Saúde na Agricultura, com o monitoramento de resíduos de agrotóxico na saúde dos trabalhadores/as, acompanhando de ação educativa na prevenção.	300 exames de toxicidade disponibilizados, seguidos de orientações (sendo 100 a cada ano).	- Secretaria de saúde; - Secretaria de Assistência Social; - Secretaria de agricultura; - Governo Estadual; - Organizações parceiras.	X	X	X	X	X	X	X
	4.6. Promover Encontros com parteiras, rezadeiras, benzedeiros, raizeiros do município de Bonito	03 encontros (sendo um por semestre)	- Secretaria de saúde; - Secretaria de assistência social; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X	X

## EIXO V: MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
5.Intensificar ações para a preservação e manutenção dos recursos naturais, objetivando assegurar à sustentabilidade do território, por meio de atividades de natureza ambiental, produtiva, econômica e social.	5.1.Realizar Mapeamento das Nascentes e desenvolver ações de conservação e revitalização no território de Bonito.	270 nascentes com manejo	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Universidades; - Governo Estadual.	X	X	X	X	X	X
	5.2.Realizar Seminários Anual de Formação sobre a importância das três unidades de conservação, a partir da orientação dos seus Planos de manejo.	03 Seminários (sendo um a cada ano)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo do Estado.	X	X	X	X	X	X
	5.3.Realizar Cadastro Ambiental Rural das propriedades rurais com apoio do sistema municipal de Bonito.	Ampliação do número de Unidades Cadastradas no município	Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Organizações parceiras do Território.	X	X	X	X	X	X
	5.4.Fortalecer os Mecanismos de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do desmatamento, uso de agrotóxicos, queimadas, etc.	Ampliação dos Mecanismos	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo Estadual; - Organizações parceiras do Território.	X	X	X	X	X	X
	5.5. Desenvolver Sistema Municipal de Gestão dos Resíduos sólidos.	Sistema de Gestão dos Resíduos sólidos implantados	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de infraestrutura; - Secretaria de agricultura; - Organizações parceiras do Território.						X
	5.6.Implementar Sistemas Agroflorestais nas Propriedades Rurais das Famílias, possibilitando a produção de alimentos, geração de renda, manutenção do bioma nativo e a regeneração de áreas degradadas.	Unidades Familiares com referência em agroecologia	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo Estadual; - Organizações parceiras do Território.	X	X	X	X	X	X
	5.7.Fortalecer as Políticas Públicas de Preservação e Conservação Ambiental (crédito de carbono, licenciamento ambiental, Área de preservação permanente, etc.), por meio de encontros, oficinas, seminários e visitas técnicas.	03 Seminários (sendo um a cada ano)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Associação Vida Agroecológica; - Governo Estadual.	X	X	X	X	X	X
	5.8.Formar Agentes Populares de Educação Ambiental, por meio de processos participativos para atuarem junto as associações e comunidades, escolas, etc.	Agentes Populares de Educação Ambiental atuando no território	- Secretaria de meio ambiente - Secretaria de educação e cultura - Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento - Associação Vida Agroecológica	X	X	X	X	X	X

## O MONITORAMENTO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento, planejamento e avaliação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito se configurou a partir de duas estratégias consensuadas ao longo dos debates públicos.

### A CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO

Em primeira instância, o Plano contará com uma Comissão Municipal de Monitoramento e Planejamento, constituída durante a realização dos Seminários Temáticos de Sensibilização e Formação, composta por representantes de cada uma das temáticas discutidas, conforme tabelas a seguir:

#### a) Comissão Educação e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
01 Representante	Coordenadora Pedagógica - Sec. Educação
01 Representante	Coordenadora Pedagógica Escola Bernardo Sayão
01 Representante	Gestora Escolar Escola Intermediária Maria Queiroz
01 Representante	Gestora Escolar Escola Cícero Francklin
01 Representante	Coordenadora Pedagógica
01 Representante	Gestora Escolar Escola Pedro Soares (Sítio Rodeador)

### b) Comissão Consumo Consciente e Agroecologia

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
01 Representante	Poder Legislativo
01 Representante	Técnico em Agroecologia Membro do MCP/Bonito
01 Representante	Técnico em Agroecologia Associação Vida Agroecológica Agricultor do Mercado da Vida
01 Representante	Associação Vida Agroecológica Agricultor do Mercado da Vida
01 Representante	Secretaria de Agricultura Agricultor Familiar
01 Representantes	Consumidora do Mercado da Vida
01 Representante	Agricultura e Consumidora do Mercado da Vida

### c) Comissão Agricultura e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
01 Representante	Agricultor Familiar - Comunidade I
01 Representante	Agricultura Familiar - Comunidade II
01 Representante	Agricultor Familiar Associação do Sítio Pé de Serra

### d) Comissão Desenvolvimento, Economia e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
01 Representante	Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito
01 Representante	Secretaria de turismo
01 Representante	Rádio Comunitária Bonito FM Diretor de Turismo de Bonito
01 Representante	Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito
01 Representante	Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito

### e) Comissão Saúde, Alimentação Saudável e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
01 Representante	Secretaria de Saúde - Gerência
01 Representante	Nutricionista generalista UPAB Bonito
01 Representante	Secretaria de Saúde
01 Representante	Secretaria de Assistência Social
01 Representante	Serviço de Convivência Familiar e Vínculo

Essa comissão terá a função de apoiar na execução do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

**São atribuições desta comissão:**

- Com o apoio dos gestores/as, secretarias municipais e organizações parceiras aprofundar os objetivos estratégicos e ações propostas neste Plano;
- Planejar a execução das atividades deliberadas;
- Discutir a dinâmica de reunião, quanto ao espaço, melhor horário, convidados e metodologia dos participantes, podendo ser realizada no mínimo 3 vezes a cada semestre.

## OS ESPAÇOS COLETIVOS DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO

Nesta segunda instância, o processo de planejamento e avaliação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, terá como espaço público de debate o Seminário Municipal de Monitoramento, Planejamento e formação sobre o Plano, a ser realizado pelas organizações do território e Prefeitura Municipal de Bonito. Devendo ser realizado a cada ano, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas, ações e os equipamentos públicos de controle social, indutores da transição agroecológica e da produção orgânica de convergência com os resultados alcançados do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica.

O Seminário também terá o caráter de fomentar articulações de parcerias entre a Prefeitura Municipal de Bonito e possíveis cooperações com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

**São atribuições da Comissão durante o planejamento do Seminário:**

- Definir local, data, horário, convites, metodologia e programação do seminário;
- Monitorar os recursos, as ações pactuadas e as ações realizadas a partir da ação coletiva do Plano, e construir caminhos metodológico para as próximas etapas de execução;
- Discutir o plano operacional anual para cada ano, podendo atualizar os objetivos estratégicos e ações do Plano.

## O ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

O processo de avaliação das ações coletivas desenvolvidas no território de Bonito a partir dos atores sociais, organizações da sociedade civil, entidades de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo e a gestão pública municipal pode seguir um roteiro específico construído amplamente com a comissão de monitoramento e planejamento, definida durante a construção do Plano de Agroecologia.

Para tanto, durante a elaboração do plano, algumas questões iniciais foram sugeridas, mas é importante ressaltar que podem ser desdobradas, no sentido de monitorar e planejar as ações anual do Plano.

- 1) Qual o contexto de atuação de cada organização que contribuiu para a execução coletiva do Plano de Agroecologia no território de Bonito?
- 2) Quais as estratégias utilizadas no território de Bonito para estimular a transição agroecológica?
- 3) Que tipo de mobilização/organização foram fundamentais para conseguir incidir nas ações da política municipal de agroecologia de Bonito?
- 4) Você acha que a participação da sociedade (agricultores, consumidores, gestores públicos) ajuda na consolidação da transição agroecológica da cidade como um todo? Por quê?
- 5) Você considera importante os espaços coletivos (fóruns, reuniões, audiências públicas, etc) para consolidar a transição agroecológica em bonito? Aprendemos algo nesses espaços?
- 6) Quais as principais dificuldades enfrentadas para consolidar a agroecologia em Bonito?
- 7) Quais orçamentos, ações, segmentos e número de pessoas foram envolvidas no desenvolvimento do Plano de Meta planejado no Plano municipal de agroecologia de Bonito?

## CONSIDERAÇÕES

Antes de tudo, convém afirmar que refletimos aqui, a partir do ponto de vista sociológico, a ação coletiva como dimensão necessária ao processo de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, a partir das diferentes estratégias de construção de conhecimento para transição agroecológica de um território, impulsionado pelos agricultores e agricultoras familiares, organizações da sociedade, poder legislativo, gestão pública municipal e instituições de ensino, pesquisa e extensão, e também como princípio básico da sociedade a prática da democracia participativa na construção de políticas públicas territoriais.

A construção da política pública e o plano municipal, um desafio para os municípios, se materializa na medida em que há uma força popular dos atores e organizações e movimentos sociais impulsionando processos de transição agroecológica.

O referencial de ação coletiva na territorialização da agroecologia passa pela quebra de paradigmas frente às concepções convencionais de elaboração e desenvolvimento das políticas públicas. Na prática, esse entendimento ajuda a refletir criticamente sobre como as políticas públicas são articuladas, construídas e operacionalizadas nos territórios.

Compreende-se que a agroecologia nos municípios não pode ser conduzida de forma setORIZADA, como se fosse da responsabilidade de uma secretaria municipal, uma coordenação ou uma gerência na gestão municipal. Ela precisa ser construída e articulada a partir do compromisso da ação coletiva entre famílias camponesas, organizações da sociedade, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo e a gestão pública de forma articulada e contínua, que se complementam e corroboram com a construção de estratégias municipais coletivas na afirmação da agroecologia como projeto político de desenvolvimento do território.

Essa convicção precisa continuar sendo fruto de novas leituras, estudos, pesquisas e debates públicos.

Afirmamos que as estratégias endógenas do processo de transição agroecológica dependem intrinsecamente da peculiaridade da dinâmica territorial. Os elementos pesquisados revelam que a transição agroecológica não acontece em curto prazo. A territorialização da agroecologia acontece em níveis graduais, considerando o contexto histórico de lutas e as estratégias coletivas adotadas pelas organizações do território. Essa dimensão precisa ser considerada quando avaliada a configuração dos resultados observados a partir da dinâmica do território.

A experiência desenvolvida em Bonito aponta que foram necessários onze anos (2009 – 2022) para que a construção do conhecimento agroecológico ganhasse corpo e significado no território, em termos de ação coletiva, elevada a construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no território.

Essa ação, quando realizada de forma coletiva, não só contribui com a ruptura local do modelo desenvolvimentista do urbano industrial, que, em muitos casos, tem centralidade na criação de indústrias e oferta de emprego a uma parcela da população. No entanto, anuncia um projeto de desenvolvimento do território, com base nas dimensões da agroecologia pensada a partir da visão multidimensional na saúde, educação, agricultura, assistência social, infraestrutura, economia, turismo, cultura e meio ambiente.

A evolução da transição agroecológica no município de Bonito parece ter mais resultados quando acompanhada pela incidência política dos atores sociais na articulação com a gestão pública municipal, bem como na força parlamentar dos vereadores. Entendemos que a construção social da agroecologia se amplia ainda mais com os resultados da ação coletiva. Porém ainda persistem como desafio:

- a) A implementação da Lei da PMAPO de forma coletiva com a participação de atores e organizações do território;
- b) A inclusão das ações do Plano de Agroecologia no orçamento público municipal;
- c) A execução da ação do Plano de Agroecologia nos municípios não pode ser conduzida de forma setorializada. Ela precisa ser construída e articulada a partir do compromisso da ação coletiva com diversos atores e organizações do território;
- d) É necessário a decisão política na execução com prioridade da política de agroecologia pelos gestores públicos municipais.

Os dois primeiros indicadores efetivados em Bonito correspondem aos elementos recorrentes, comumente mobilizados nos processos de formulação da maioria das políticas públicas. Em contraste, os dois últimos configuram uma contribuição original deste Plano, na medida em que apresentam maior possibilidade e potencial para subsidiar, de forma mais sistemática, a efetivação da Política Pública e o Plano de Agroecologia.

Apontamos também a importância do processo de construção coletiva a partir da articulação de diferentes estratégias agroecológicas, podendo ser compreendidas no campo da pesquisa, extensão, capacitação, práticas autogestionárias, formação política e emancipatórias das populações do campo e da cidade.

A ação coletiva no fortalecimento da identidade territorial e da agroecologia articula o desenvolvimento com base na sustentabilidade do território, na medida em que a participação dos agricultores e agricultoras familiares, organizações da sociedade, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo e a gestão pública passam a se articular em função de um propósito maior, comum partilhado, fazendo com que as demandas marginais da sociedade sejam ouvidas e priorizadas nas políticas públicas executadas pelo poder público e a sociedade simultaneamente.

Por fim, a construção da agroecologia nos municípios é urgente e necessária. Este Plano como experiência pioneira no estado de Pernambuco deixa como legado a inspiração metodológica e de aprendizagens coletiva com base na Peads para os demais municípios que também avançam na direção da construção da agroecologia como política pública municipal.

## REFERÊNCIAS

BONITO. Lei Municipal Nº 1.257, de 07 de julho de 2021. Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO). Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.901. 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. Lei Municipal Nº 1.258, de 26 de agosto de 2021. Dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.937, 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. Lei Orgânica Municipal. Emenda 01/2017 altera o art. 236. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.034, 08 de março de 2018. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. Lei Municipal Nº 1.054 de 01 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a Política de Educação Ambiental no Município do Bonito e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 1.473, 08 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. Lei Municipal Nº 936 de 22 de novembro de 2011. Cria Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Pedra do Rosário e a Reserva Biológica Mata da Chuva no Município de Bonito e dá outras providências.

BONITO. Lei Municipal Nº 882 de 09 de junho de 2010. Cria Unidade de Conservação Parque Natural Matas do Mucuri-Hymalaia no Município do Bonito e dá outras providências.

BRASIL. Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária N 1 de 14 de janeiro de 2011. Ministério da Saúde, Brasília, 2011. Diário Oficial da União nº 11, de 17 de janeiro de 2011. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária N 185, de 18 de outubro de 2017. Ministério da Saúde, Brasília, 2017. Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2017. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União. Seção 1, n 162, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades. Mapas de Pernambuco. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. Relatório de Audiência Pública para discussão da Política Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito. Bonito, 2020. 8p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. Relatório de Audiência Pública para discussão dos avanços no Plano Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito. Bonito, 2021. 74p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Produtores Agroecológicos e Consumidores do Mercado da Vida. Bonito, 27 de setembro de 2021. 22p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Associações Rurais e Agroecologia. Bonito, 30 de setembro de 2021. 16p.

BONITO. Secretaria de Educação e Cultura. Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Educação e Agroecologia. Bonito, 19 de agosto de 2021. 25p.

BONITO. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Saúde, Assistência Social e Agroecologia. Bonito, 09 de dezembro de 2021. 16p.

BONITO. Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer. Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Turismo e Agroecologia. Bonito, 21 de outubro de 2021. 20p.

PERNAMBUCO. Lei Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em 23 de março de 2022.

MOURA, A. (2021), Texto Informativo Nº 5, Uma Pedagogia Disponível para as Políticas Públicas de Agroecologia. INSTITUTO ABDALAZIZ DE MOURA. Disponível em: [www.institutoabdalizdemoura.org.br](http://www.institutoabdalizdemoura.org.br). Acesso em: 07 de julho de 2022.

MOURA, A. (2003). Princípios e fundamentos da proposta de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS): uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Glória do Goitá: SERTA, 2003. 112p.

MOURA, A. O Serto e a proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável. Caderno de Formação de Professores e educadores, Educação do Campo, Módulo 1, Recife, 2005.

MOREIRA, Sarah.; JOMALINIS, Emilia.; ALMEIDA, Marcelo. Caderno 1: Estado e políticas públicas. Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. 35p. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/28/colecao-agroecologia-e-politicas-publicas-subsidios-para-a-incidencia-nos-municipios/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SANTANA, Paulo José de. AÇÃO COLETIVA E AGROECOLOGIA: os caminhos da mobilização social para a construção de uma política pública municipal em bonito/Pe. 2023. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.

# ANEXO

## ANEXO I: RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE BONITO

Nº	NOME
01	Associação Comunitária Rural do Alto Bonito e Adjacências.
02	Associação de Moradores da 3ª Idade de Alto Bonito – AMTAB.
03	Associação dos Pequenos Agricultores da Pedra Rodeadouro.
04	Associação Cultural Agrícola dos Moradores Riacho Seco I.
05	Associação dos Pequenos Moradores Rurais de Sítio Luzia
06	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Bananeira do Sul.
07	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Sítio Gravatá, Açú e Barriguda.
08	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do engenho Monte Sombriil.
09	Associação dos Trabalhadores de Bonito – Guaretama.
10	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Boa Vista.
11	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Olho D'água.
12	Associação dos Moradores de Bentevi.
13	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Água Vermelha.
14	Associação Comunitária dos Produtores Imbiribeira, Viração e Adjacências.
15	Associação Comunitária dos Moradores do Engenho Barbosa.
16	Associação dos Agricultores Familiares, Jovens e Mulheres do Rodeadouro.
17	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Riacho-escuro, Maravilha e Adjacência.
18	Associação Desportista Cultural Agrícola do Sítio Mucuri.
19	Colônia dos Pescadores de Bonito-Z40.
20	Associação Cultural Agrícola dos Moradores do Sítio Monte Sombriil.
21	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sol Nascente e Adjacência.
22	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Mucuri.
23	Associação dos Agricultores Familiares e floricultores do Sítio Pratinha
24	Associação dos Moradores do Povoado de Estreito do Norte.
25	Associação dos Pequenos produtores do Engenho Liberdade.
26	Associação de Desenvolvimento Desp. Agrícola e Cultural do Sítio Pé de Serra.

27	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sítio Alto Sapé e Adjacência.
28	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Coucho.
29	Associação Cultural e Desportiva do Engenho Pendanga.
30	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Engenho Riachão.
31	Associação Desportiva Cultural e Agrícola do Sítio Quilongá e Adjacência.
32	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Serra dos Ventos.
33	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Viração.
34	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Carrilho I.
35	Associação de Desenvolvimento Cultural Desportiva Agrícola Bananeira do Curvelo
36	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do engenho Brejão.
37	Associação do Engenho Serro Azul.
38	Associação do Engenho Floresta.
39	Associação do Engenho Mágico e Pará.
40	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Pendanga I.
41	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Barra Azul.
42	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rodeadouro.
43	Associação Assentamento Ribeiro Godoy.
44	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bentevi.
45	Associação dos Pequenos Produtores do Engenho Moscou.
46	Associação do Assentamento Serra dos Quilômbos.
47	Associação Desportiva Cultural Agrícola do Loteamento Frei Damião.
48	Associação das Mulheres de Estreito do Norte.
49	Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica Vida Agroecológica.

## ANEXO II: RELAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BONITO

Nº	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	RURAL/ URBANO	QTDE ALUNOS
01	Colégio Mun. Presidente Tancredo Neves	Av. Joaquim Nabuco, S/N	Urbana	730
02	Escola Municipal Zé Carioca	1ª TV Agamenon Magalhães, n 60	Urbana	391
03	Escola Municipal Artur Tavares de Melo	Rua Abdias Vilar S/N	Urbana	413
04	Escola Municipal Arlindo Cavalcanti	Rua Dr. João Cância de Melo S/N	Urbana	291
05	Escola Municipal Benjamita Cardona Pereira	Vila da Cohab S/N	Urbana	236
06	Escola Municipal Maria do Carmo Coelho de Melo	Loteamento Camaratuba - Vila da Cohab	Urbana	436
07	Escola Municipal Cícero Franklin Cordeiro	Rua Havaí, nº 500	Urbana	273
08	Creche Municipal Tia Ló	Rua Félix Portela S/N	Urbana	89
09	Creche Municipal Lívia Soares Carneiro Leão	Loteamento Arlindo Cavalcanti	Urbana	75
10	Creche Municipal Pedro Murilo Silva	Alto Bonito	Urbana	268
11	Escola Intermediária João XXIII	Rua Coronel Tibúrcio, S/N Alto Bonito	Urbana	615
12	Escola Municipal Manoel Bernardino Filho	Rua Quirino Rodrigues, nº 85- Alto Bonito	Urbana	199
13	Esc. Mun. Bernardo Sayão	Colônia Rio Bonito	Rural	296
14	Escola Municipal José Paulino de Melo	Bentivi	Rural	630
15	Escola Mun. Barra Azul	Engenho Barra Azul	Rural	188

16	Escola Municipal José Pedro Soares	Sítio Rodeador	Rural	93
17	Escola Municipal Alberto Cabral de Espíndola	Riachão	Rural	57
18	Esc. Mun. Manoel de Queiroz Lima	Estreito	Rural	161
19	Escola Municipal Menelau Coelho	Sítio Papagaio	Rural	27
20	Escola Municipal José Cabral de Souza Viana	Sítio Boa Vista	Rural	24
21	Escola Municipal Tabelião Antônio César	Sítio Bananeira do Curvelo	Rural	14
22	Escola Municipal Dr. Antônio Portela Júnior	Sítio Carrilho	Rural	42
23	Escola Municipal Djanira Pereira da Silva	Engenho Pendanga	Rural	47
24	Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Sítio Pará	Rural	38
25	Escola Municipal José Mariano da Silva	Sítio Mucuri	Urbana	27
26	Escola Municipal Hercílio Vila Nova	Engenho Mágico	Urbana	16
27	Escola Municipal Maria José de Souza Leão Antunes	Engenho Serro Azul	Rural	76
28	Escola Municipal Engenho Moscou	Engenho Moscou	Rural	50
29	Escola Municipal Dom Hélder Câmara	Sítio Guaretama	Rural	42
30	Escola Municipal Manoel Marcelino de Lima	Sítio Imbiribeira	Rural	38
31	Escola Municipal Maria das Mercês	Sítio Viração	Rural	14
32	Escola Municipal Manoel Batista de Lima	Sítio Quilongá	Rural	51
33	Escola Estadual EREM Dr. Alexandrino da Rocha	Av Agamenon Magalhães	Urbana	676
34	Escola Estadual ETE Célia de Souza Leão Arraes de Alencar	PE 109	Urbana	533
35	Escola Estadual Pe. José Augusto	Rua Cândido Viana	Urbana	745
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>				<b>7.901</b>

## ANEXO III: LEI LEI Nº 1.258/2021 DE 26 DE AGOSTO DE 2021



### LEI Nº 1.258/2021

Dispõe sobre a criação da Semana Municipal da Agroecologia de Bonito e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BONITO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica,

Faço saber que a Câmara Municipal do Bonito, aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a Semana Municipal da Agroecologia de Bonito, a ser comemorada anualmente na última semana de maio, em todo território municipal, com o objetivo de articular, integrar e desenvolver ações de amplitude agroecológica, contribuindo para os processos de transição agroecológica necessário ao desenvolvimento do território e da qualidade de vida da população de Bonito.

**Parágrafo único** - A Semana Municipal da Agroecologia de Bonito, coopera com a política municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), podendo ser desenvolvida a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

**Art. 2º** São diretrizes da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito:

**I** - Promover a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito;

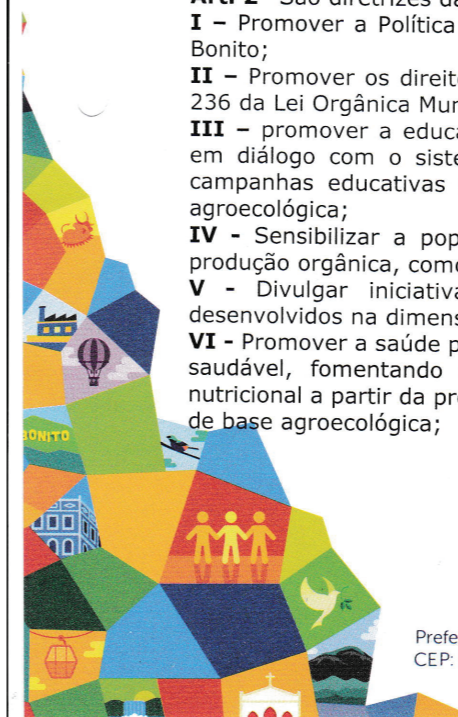
**II** - Promover os direitos da NATUREZA de acordo com o disposto no Art. 236 da Lei Orgânica Municipal;

**III** - promover a educação em agroecologia, como prática interdisciplinar em diálogo com o sistema formal e não formal de ensino, por meio de campanhas educativas de promoção da alimentação orgânica e de base agroecológica;

**IV** - Sensibilizar a população sobre a importância da agroecologia e da produção orgânica, como projeto de desenvolvimento para o município;

**V** - Divulgar iniciativas de ações, projetos, pesquisas e programas desenvolvidos na dimensão da agroecologia;

**VI** - Promover a saúde pública e o direito humano à alimentação adequada e saudável, fomentando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional a partir da produção e oferta de alimentos e produtos orgânicos e de base agroecológica;



Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalvanti, 40 - Bonito/PE  
CEP: 55680-000 - 81 3737.0705/3737.0709 - CNPJ: 10.121.515/0001-01



- VII** – dar visibilidade aos processos autogestionários dos empreendimentos da agricultura familiar de base agroecológica do município;
- VIII** – promover o uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar das populações do campo e da cidade;
- IX** – Promover a agroecologia nos meios urbanos, periurbanos, potencializando o uso de espaços disponíveis para a produção de alimentos saudáveis;
- X** – Promover iniciativas de atenção básicas a saúde por meio de farmácias vivas e manipulação para a produção de fitoterápicos, garantindo a promoção da saúde popular e comunitária nos territórios, uso sustentável da biodiversidade, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento na perspectiva da inclusão e participação popular, em consonância com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
- XI** – integrar ações as comemorações nacionais do Dia Mundial do Meio Ambiente.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio “José Abelardo Câncio de Godoy”, em 26 de agosto de 2021.

  
**GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR**  
Prefeito



## ANEXO IV: LEI Nº 1.257 DE 07 DE JULHO DE 2021.

### LEI Nº 1.257/2021.

Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BONITO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica,

Faço saber que a Câmara Municipal do Bonito, aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

#### Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Fica instituída a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal.

**Parágrafo único.** A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica será implementada pelo Município de Bonito, podendo ser articulada e desenvolvida em cooperação com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

#### Capítulo II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 2º** - Para os fins desta Lei, considera-se:

**I - Transição agroecológica:** processo gradual e multilinear de mudança de práticas e de manejo de agro ecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 7.794, de 2012;

Continuação da lei nº 1.257-2021.

**II – Produção de base agroecológica** - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação;

**III – Sistema orgânico de produção agropecuária:** todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007;

**IV – Agroextrativismo:** combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, e orientação para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa Conjunta Nº 17, de 28 de maio de 2009;

**V – Produtos da sociobiodiversidade:** bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou beneficiadas, gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltadas à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambientes em que vivem, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa Conjunta Nº 17, de 28 de maio de 2009;

**VI – Mercado Público ou Feira de produtos orgânicos de base agroecológica:** espaço público ou privado onde se expõem e vendem de forma temporária produtos exclusivamente orgânicos e de base agroecológica, e que concentra um número não inferior a 02 (dois) produtores/as, nos termos do Art. 2º, II da Lei Estadual nº 16.320, de 26 de março de 2018;

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalcanti, 40 - Bonito/PE  
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0705/3737.0709 - CNPJ:10.121.515/0001-01

Continuação da lei nº 1.257-2021.

**VII – A Economia Popular Solidária** constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, nos termos do Art. 2º da Lei Estadual Nº 12.823, de 6 de junho de 2005.

**VIII – Agricultor familiar e empreendimento familiar:** aquele definido nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 2006; e

**IX – Povos e comunidades tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, nos termos do inciso I do art. 3º do Decreto Federal nº 6.040, de 2007;

### Capítulo III DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

**Art.3º-** São diretrizes da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO):

**I** – promover a saúde pública e o direito humano à alimentação adequada e saudável, fomentando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional a partir da produção e oferta de alimentos e produtos orgânicos e de base agroecológica;

**II** – promover os direitos da NATUREZA de acordo com o disposto no Art. 236 da Lei Orgânica Municipal;

**III** – promover o uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar das populações do campo e da cidade;

**IV** – conservar os ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalcanti, 40 - Bonito/PE  
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0705/3737.0709 - CNPJ:10.121.515/0001-01

Continuação da lei nº 1.257-2021.

**V** – promover a economia solidária, por meio de sistemas justos e sustentáveis de produção, beneficiamento, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

**VI** – promover a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a auto organização, visibilidade e a autonomia econômica das mulheres;

**VII** – promover a educação em agroecologia, como prática interdisciplinar em diálogo com o sistema formal e não formal de ensino, por meio de campanhas educativas de promoção da alimentação orgânica e de base agroecológica;

**VIII** – promover a agroecologia nos meios urbanos, periurbanos, potencializando o uso de espaços públicos disponíveis para a produção de alimentos saudáveis;

**IX** – fomentar a promoção do resgate, do uso, multiplicação e da conservação do patrimônio genético da agrobiodiversidade, valorizando as experiências e metodologias utilizadas pelas comunidades rurais; e

**X** – promover o direito de acesso e permanência à terra, aos territórios e aos recursos naturais por parte dos agricultores familiares e empreendedores familiares, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 2006.

**XI** – promover iniciativas de atenção básicas a saúde por meio de farmácias vivas e manipulação para a produção de fitoterápicos, garantindo a promoção da saúde popular e comunitária nos territórios, uso sustentável da biodiversidade, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento na perspectiva da inclusão e participação popular, nos termos da - Portaria Interministerial nº 2.960/2008 que institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

**XII** – Promover ações, projetos e programas que incentivem a pesquisa, a formação e a extensão de práticas agroecológicas e agriculturas sustentáveis que favoreçam a conservação da agrobiodiversidade com o manejo e preservação dos polinizadores, estimulando o desenvolvimento cultural da atividade da meliponicultura contribuindo na redução dos impactos das espécies, no resgate e preservação das abelhas nativas, apoiando no desenvolvimento cultural da atividade melipônica e aspícula na redução dos impactos de extinção das espécies.

Continuação da lei nº 1.257-2021

**Art.4º-** São instrumentos da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), entre outros:

- I-** Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO);
- II-** Conferência Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;
- III-** Sistema Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;
- IV-** Mercado Público – Mercado da Vida: Bonito Sustentável, comércio justo e solidário de produtos orgânicos de base agroecológica;
- V-** Programa Municipal de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Aquisição de Alimentos (PAA);
- VI-** Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e
- VII-** Câmara Técnica Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser criada por lei específica.

**Art. 5º-** A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica será integrada e adequada às políticas e aos programas governamentais que visam assegurar o direito humano à alimentação adequada, à soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional e que promovam o desenvolvimento do território, tendo como referência os seguintes marcos regulatórios:

**I** – Decreto Federal Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

**II** – Lei Estadual Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021, que Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco;

**III** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

**IV** – Lei Federal Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;

**V** - Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

**VI** – Lei Orgânica Municipal de Bonito, nos termos do art. 236, que reconhece o Direito da Natureza.

**VII** – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003;

**VIII** – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, instituída pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, regulamentada pela resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 do – FNDE, Brasília, 2009.

**IX** – Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE, instituída pela Lei nº 15.223, de 24 de dezembro de 2013;

**X** – Política nacional de resíduo sólidos (PNRS), instituído pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010.

**Art. 6º**- O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO) conterà, no mínimo, os seguintes elementos referentes à política instituída por esta Lei:

- I**- diagnóstico;
- II**- estratégias e objetivos;
- III**- programas, projetos e ações;
- IV** - indicadores, metas e prazos; e
- V** - monitoramento e avaliação.

**Art. 7º**- A execução do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO), será desenvolvido no âmbito do Plano Plurianual de Ação (PPA).

**Art. 8º**- Esta política deverá ser executada de forma intersetorial, tanto na escala governamental quanto da participação da sociedade civil.

**Parágrafo único.** A articulação entre os órgãos da administração direta e indireta do executivo municipal será organizada pelo Poder Executivo, vinculando todos os gestores com atividades afins, sendo compulsória a observância das premissas elencadas nesta PMAPO.



#### **Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 9º**- Poderão ser firmados convênios e acordos de cooperação técnica para fins de implementação desta Política:

**I**- com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública;

**II**- com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais.

**§ 1º** - As entidades privadas referidas neste artigo deverão comprovar experiência em projetos de políticas públicas desenvolvidos nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como conhecimentos técnico-científicos em processos de capacitação em ações de interesse desta Política.

**§ 2º** - Os convênios poderão ser firmados com fins de apoio em infraestrutura, ações de assistência técnica, educação permanente, organização de processos de trabalho, produção e fornecimento de sementes, mudas e insumos.

**Art. 10**- Serão destinadas áreas públicas municipais para implantação de instrumentos desta Política, mediante critério do Poder Executivo e articulado com o estado e a União o uso de áreas públicas de sua propriedade, desde que consideradas apropriadas para a atividade da PMAPO, observando a legislação vigente.

**Art. 11**- No que for omissa esta Lei, será considerado como subsídio o Decreto Federal nº 7.794, de 2012.

**Art. 12**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio "José Abelardo Cândia de Godoy", em 07 Julho de 2021.

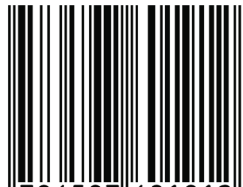


**GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR**  
Prefeito



ISBN: 978-65-976019-1-2

**BR**



9 786597 601912